

MP *Memória*

Instrumento de divulgação permanente do Programa Memória Institucional
do Ministério Público do Estado do Maranhão. Nº 2 - 2019



CELSO MAGALHÃES
Patrono do MPMA

O PROGRAMA MEMÓRIA REVELOU...



Joaquim Franco de Sá



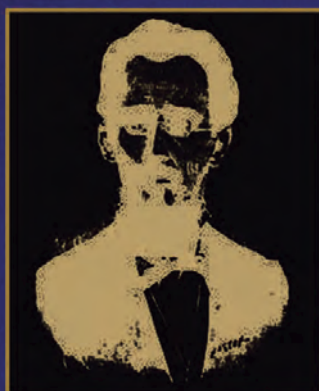
Cândido Mendes de Almeida



João Pedro Dias Vieira



Felipe Franco de Sá



José Jansen Ferreira Júnior



João de Lemos Viana



Maria da Conceição Motta



Newton de Barros Bello



Thales Ribeiro Gonçalves



Edson da Costa Brandão



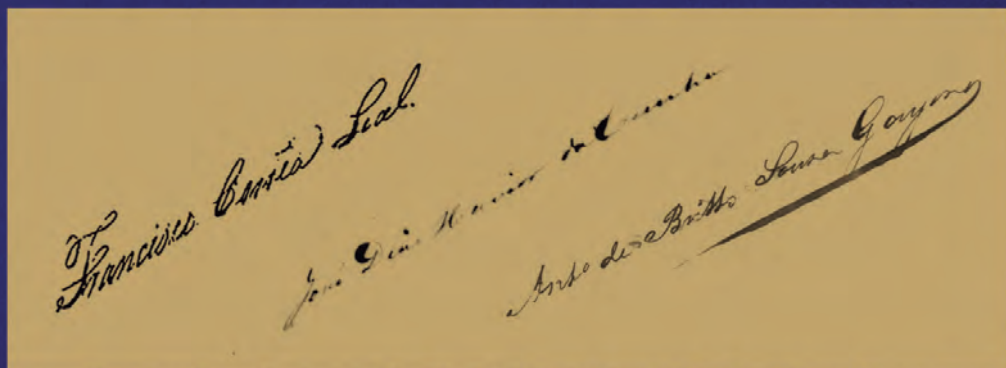
Arcelina Rodrigues Mochel



Aurora Correia Lima



Esmaraldo de Sousa e Silva




Francisco Correa Leal. João Dias Xavier da Cunha. Antônio de Britto Sousa Gayoso

MP MEMÓRIA



*Acesse a Linha do Tempo tal como exposta
no painel mural do Memorial do MPMA*




O que, com efeito, é o presente? No infinito da duração, um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que, mal nasce, morre. Mal falei, mal agi e minhas palavras e meus atos naufragam no reino de Memória. São palavras, ao mesmo tempo banais e profundas, do jovem Goethe: não existe presente, apenas um devir [...] Condenada a uma eterna transfiguração, uma pretensa ciência do presente se metamorfosearia, a cada momento de seu ser, em ciência do passado.

(historiador Marc Bloch. **Apologia da história ou o ofício de historiador** (1941). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 60)

Desde que passado e futuro são partes do mesmo intervalo de tempo, o interesse no passado e o interesse no futuro estão interligados. A linha de demarcação entre os tempos pré-históricos e históricos é traçada quando as pessoas cessam de viver apenas no presente e tornam-se conscientemente interessadas tanto em seu passado quanto em seu futuro. A história começa com o legado da tradição; tradição significa a transferência dos hábitos e lições do passado para o futuro. Registros do passado começam a ser mantidos em benefício das gerações futuras.

(historiador Edward Hallet Carr. **Que é história?** (1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 141)



MINISTERIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA DE JUSTIÇA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

**PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**

MP MEMÓRIA

**INSTRUMENTO DE DIVULGAÇÃO
PERMANENTE DO PROGRAMA**

**Número 2. Edição Comemorativa dos 15 anos do Programa Memória.
São Luís, 2019**

PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Luiz Gonzaga Martins Coelho
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Francisco das Chagas Barros de Sousa
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Mariléa Campos dos Santos Costa
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares
DIRETOR-GERAL

Marco Antonio Santos Amorim
DIRETOR DA SECRETARIA PARA ASSUNTOS
INSTITUCIONAIS

COMISSÃO GESTORA DO PROGRAMA

Teodoro Peres Neto
PROCURADOR DE JUSTIÇA / COORDENADOR

Washington Luiz Maciel Cantanhêde
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Ana Lutz Almeida Ferro
PROMOTORA DE JUSTIÇA

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
COORDENADORA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

MP MEMÓRIA

Instrumento de divulgação permanente do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão.
N.º 2 - São Luís, Maranhão, dezembro de 2019

EDIÇÃO COMEMORATIVA DOS 15 ANOS DO PROGRAMA MEMÓRIA.

**Pesquisa, seleção das ilustrações, concepção geral
do formato e sistematização**
Washington Luiz Maciel Cantanhêde

Textos
Washington Luiz Maciel Cantanhêde,
publicações do Programa Memória do MPMA
e matérias jornalísticas publicadas
pela Coordenadoria de Comunicação
(textos das duas últimas fontes adaptados
para a presente publicação)

Concepção artística
Washington Luiz Maciel Cantanhêde
Wemerson Duarte Macêdo

Impressão
Gráfica Cidade Mais Soluções Editoriais (Goiânia/GO)

Apoio geral
Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
e equipe da Coordenadoria
de Documentação e Biblioteca

Revisão
Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Washington Luiz Maciel Cantanhêde

Fotografias atuais
Coordenadoria de Comunicação/PGJ
Elizabeth Silva Bezerra (Centro Cultural do MPMA)
Merval de Jesus Gonçalves Filho
Romeu Ribeiro

Editoração eletrônica
Wemerson Duarte Macêdo

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau.
São Luís-MA. CEP: 65076-820.
Telefone: (98) 3219-1600 (98) 3231-2890.
Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Memorial do Ministério Público Estadual /
Centro Cultural e Administrativo
Rua Osvaldo Cruz, 1396 - Centro.
São Luís-MA. CEP: 65020-910
Fone: (98) 3219-1804
Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Apresentação: PROGRAMA MEMÓRIA, 15º ANIVERSÁRIO	6
ENTREVISTAS	7
Luiz Gonzaga Martins Coelho	7
Regina Lúcia de Almeida Rocha	8
Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro	9
Francisco das Chagas Barros de Sousa	10
Raimundo Nonato de Carvalho Filho	10
Prólogo: PRECEDENTES DO PROGRAMA MEMÓRIA	12
O PROGRAMA MEMÓRIA: ORIGEM, CONTEÚDO E REALIZAÇÕES	14
CELMO MAGALHÃES, PATRONO DO MPMA	17
Celso Tertuliano da Cunha Magalhães	18
O Processo da Baronesa: libelo-crime acusatório	19
O Processo da Baronesa: recurso da impronúncia	20
Poesia e Prosa	21
Demissão infamante e homenagens póstumas	22
O PROGRAMA MEMÓRIA REVELOU	23
Outros promotores notáveis do Império	23
Promotores e procuradores pioneiros	24
Os promotores do Maranhão Imperial	26
PUBLICAÇÕES	27
Marcos Legais	28
Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império, 1831-1841	29
Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império, 1842-1871	30
Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império, 1872-1892	32
Autos do Processo-crime da Baronesa de Grajaú: 1876-1877	34
MP Memória, edição inaugural	36
MP Memória, edição número 1	37
Caso dos Meninos Emascarados do Maranhão	38
Ministério Público do Maranhão: perfil histórico/linha do tempo	38
Informativo MP Memória nº 1	39
Informativo MP Memória nº 2/3	39
Informativo MP Memória nº 4	39
Informativo MP Memória nº 5/6	39
Informativo MP Memória nº 7/13	40
Informativo MP Memória nº 14	40
Informativo MP Memória, edição especial, maio.2006	40
Informativo MP Memória, edição especial, maio.2019	40
MEMORIAL	41
Rua do Giz, Praia Grande	42
Rua Newton Prado (“Montanha Russa”)	44
Rua Oswaldo Cruz, <i>Centro Cultural e Administrativo</i>	46
MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REMODELADO E AMPLIADO, EM NOVO LOCAL	46
ICONOGRAFIA	48
HISTÓRIA ORAL	53
MEMORABILIA MP	55
COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA EM 15 ANOS	56
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MPMA EM OUT.2019	58
Epílogo: MAIS UM FRUTO DO PROGRAMA	59
Dia Estadual do Ministério Público	59
CRÉDITOS DE IMAGENS E TEXTOS	60

PROGRAMA MEMÓRIA, 15º ANIVERSÁRIO

Esgotada a edição número 1 do caderno *MP Memória*, instrumento de divulgação permanente do Programa *Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão*, publicada em dezembro de 2008, que se seguiu à edição piloto, comemorativa do lançamento oficial do Programa, em dezembro de 2004, urgia esta segunda edição, para registro do que, desde então, aconteceu com repercussão sobre essa atividade contínua do MPMA e se produziu como resultado do seu desenvolvimento.

Mais que isso, esta é uma edição comemorativa dos 15 anos de existência do próprio Programa, que se completam neste final de 2019.

Nesse sentido, se, em algumas seções, segue o padrão das anteriores, trata-se, na verdade, de uma edição inovadora, ora quanto à forma, ora no tocante ao conteúdo. Com efeito, além de seguir outro projeto gráfico, mais consentâneo com a proposta de ser instrumento de divulgação do Programa, deixa de servir, essencialmente, de manancial de pesquisa sobre a sua própria normativa e sobre a história institucional, como foram as antecedentes. É que, com o aumento do alcance do Programa por meio da disseminação dos seus produtos e manifestações correlatas, inclusive no sítio da Procuradoria Geral de Justiça na rede mundial de computadores, já não se faz necessário seguir a linha editorial de antanho.

Conquanto muito seja novidade, pela aparência ou pela essência, comparando-se o conteúdo da atual edição com os das precedentes, chama-se a atenção do leitor, principalmente, para as seções introduzidas sobre novas linhas de ação agregadas ao Programa Memória – a História Oral e a *Memorabilia* MP (mostra alusiva às efemérides ministeriais) – e para a seção que põe em destaque os Promotores Públicos e os Procuradores Gerais que o Programa Memória, por assim dizer, revelou, nestes seus 15 anos, como figuras de relevo para a história do MPMA e do MP do Brasil como um todo, seja pelo pioneirismo, seja pelo desassombro da atuação de cada um deles desempenhando o seu múnus público.

Fica evidente que, se, há 11 anos, quando se lançou a edição número 1 deste caderno, havia a compreensão, referida na sua Apresentação, de que, “apesar de recente, o Programa Memória já registra uma história própria, de bons serviços prestados à valorização da identidade institucional do *Parquet* maranhense e ao incremento do patrimônio histórico-cultural do Maranhão”, mais firme ainda está, hoje, essa convicção, tendo presente que

“O passado é inteligível para nós somente à luz do presente; só podemos compreender completamente o presente à luz do passado. Capacitar o homem a entender a sociedade do passado e aumentar o seu domínio sobre a sociedade do presente é a dupla função da história.”¹

Boa leitura!

A Comissão Gestora do Programa *Memória Institucional*
do Ministério Público do Estado do Maranhão



¹ Edward Hallet Carr. *Que é história?* (1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 90

“PRESERVAR A HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO É A MELHOR MANEIRA DE PERPETUAR VALORES”*

MP Memória - Qual a importância da preservação da história da instituição para o trabalho desenvolvido nos dias atuais?

Luiz Gonzaga - Preservar a história da instituição, reconhecendo o trabalho desenvolvido por todos aqueles que ajudaram a criá-la e desenvolvê-la é a melhor maneira de perpetuar valores e permitir que as novas gerações tenham a exata compreensão do passado para melhor construir o futuro. Em 2017 o Ministério Público completa 50 anos de sua autonomia, com a desvinculação da Procuradoria Geral do Estado, passando a chefe do Ministério Público o Procurador-Geral de Justiça, marco importante na história institucional do MP maranhense.

MP Memória - Quais os projetos de sua gestão para o Programa Memorial MP?

Luiz Gonzaga - Um novo espaço está sendo gestado para funcionar o Memorial do MPMA: a antiga sede da Procuradoria Geral de Justiça, localizada no Centro da cidade de São Luís. Um espaço amplo, moderno e confortável. E o mais importante: mais próximo da sociedade por conta de sua localização privilegiada. Nos primeiros meses de nossa gestão procedemos a digitalização do “processo da Baronesa”, que pode ser consultado em nossa página na internet, e uma outra versão desse importante documento histórico, em forma de livro, está sendo pensado para posterior encaminhamento para bibliotecas públicas, escolas e universidades. Daremos continuidade ao programa de visitação das escolas, aproximando cada vez mais a instituição dos nossos jovens, futuro do nosso país. Inauguramos a galeria de ex-Procuradores-Gerais de Justiça, que se encontra hoje na sala dos órgãos colegiados, na Procuradoria Geral de Justiça. Inauguramos, ainda, a sala do aposentado, um reconhecimento àqueles que ajudaram a construir a instituição. Em cada viagem a serviço, a Administração Superior leva consigo um membro aposentado a fim de que as presentes gerações possam fazer o resgate do passado e, com a experiência daqueles que já deram sua parcela de contribuição, possam construir um melhor futuro.

MP Memória - Há outros projetos sendo pensados pela sua gestão para o Programa?

Luiz Gonzaga - Outras iniciativas estão sendo gestadas, como o “memória oral”, consistente em depoimentos gravados por membros e servidores aposentados, a serem disponibilizados na sede do Memorial e no ambiente virtual, bem como a ampliação do programa de visitação, com a ida do memorial até os ambientes escolares e universitários, o “memorial itinerante”. Além disso, pretendemos utilizar o espaço da sede do Centro, ligado ao Memorial, para propiciar aos cidadãos e aos alunos de escolas e universidades ciclos de palestras sobre as atividades do Ministério Público e outros eventos culturais gratuitos, trans-

formando aquele local num autêntico Centro Cultural do Ministério Público a serviço da cidadania.

MP Memória - De que forma o resgate da memória institucional permitiu uma aproximação do MP com a sociedade?

Luiz Gonzaga - O Ministério Público é uma instituição concebida, em sua essência, para a defesa dos direitos da sociedade. As prerrogativas dos seus membros, como a inamovibilidade e independência funcional por exemplo, são, em verdade, garantias do próprio cidadão. É preciso, portanto, que este enquanto titular do poder numa democracia, tenha conhecimento das origens da instituição concebida para defendê-lo e também das diversas ameaças porque vem passando ao longo do tempo. Nada melhor para cumprir essa missão do que um espaço (físico e virtual) que ajude a contar sobre essa história. O Programa Memorial MPMA exerce esse papel estando aberto à visitação pública, como também levando ao maior público possível as origens, histórias, trabalhos e trajetórias de lutas dos seus membros e servidores.

MP Memória - O Memorial do MP tem uma programação regular com as escolas. Como o senhor avalia o trabalho desenvolvido com os estudantes para que as novas gerações conheçam a instituição Ministério Público?

Luiz Gonzaga - Vivemos atualmente um momento de crise econômica, política e de ética. O Brasil cada vez mais envolvido em escândalos de corrupção, com desvios de quantias que seriam suficientes para a construção de um país melhor. A edificação de novas bases fundadas na ética e na moralidade é, sem dúvida, um caminho que deve ser percorrido e a melhor maneira de fazê-lo é criando nos nossos jovens a cultura de intolerância com a corrupção e todos os tipos de ilegalidades. Esta nova geração, que num futuro bem próximo, guiará os destinos do país, precisa conhecer a instituição como grande aliada nesta batalha. A programação do Memorial, com as visitas mensais, sempre com a participação de um membro ou servidor, num diálogo franco com estudantes, objetiva exatamente a construção dessa nova cultura, dessa nova forma de encarar a coisa pública, na busca de se deixar para trás, como resquício da história, as práticas patrimonialistas e o orgulho, nada republicano, de se tentar levar vantagem em tudo. Já foram centenas de estudantes que participaram do projeto e nos quais esperamos ter plantado a semente de que um novo país é possível a partir da mudança que temos de operar em nós mesmos.



LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO,
PROCURADOR-GERAL
DE JUSTIÇA
(2016-2018 e 2018-2020)



Instalações atuais do Memorial do MPMA, remodelado e ampliado, no Centro Cultural desde 2018

* ENTREVISTA
REALIZADA PELA
COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO DA
PROCURADORIA
GERAL DE JUSTIÇA,
PRIMEIRAMENTE
PUBLICADA NO
INFORMATIVO
MP MEMÓRIA, N.º 7/13,
MAIO/2017

“A HISTÓRIA INSTITUCIONAL É FUNDAMENTAL PARA MOSTRAR A LONGA CAMINHADA DO MPMA ATÉ ESTE MOMENTO E PARA INSPIRAR O FUTURO”*

MP Memória - Em sua gestão, o Memorial foi reinaugurado em um prédio que divide o espaço com uma Promotoria de Justiça. Qual o diferencial desse modelo?

Regina Rocha - A grande vantagem de unir o espaço do memorial a um órgão de execução é proporcionar maior fluxo de visitantes, por ser a Promotoria do Consumidor bastante requisitada pela sociedade. Além disso, a melhor localização e um prédio reformado facilitam o acesso da comunidade, aproximando-a da nossa história.

MP Memória - Houve um esforço institucional para recuperar e ampliar o acervo. Que medidas foram adotadas para garantir o aperfeiçoamento das atividades do Programa Memória?

Regina Rocha - O programa passou a ter relevância, sendo valorizado institucionalmente depois que foram implementadas a renovação da equipe, que passou a contar com pessoas tecnicamente familiarizadas com esse tipo de trabalho, bem como houve a aplicação de recursos para manutenção e restauração do acervo e o resgate e recuperação dos materiais, que ficaram devidamente organizados.

MP Memória - O Programa Memória se consolidou como uma referência para história do Ministério Público maranhense. Como a senhora avalia esse resgate histórico da instituição?

Regina Rocha - É muito gratificante constatar que de fato o programa se tornou uma referência. Exemplo disto foi o convite do CNMP para a equipe do nosso memorial participar da comissão nacional para a criação do projeto Memória do Ministério Público Brasileiro.

Avalio esse resgate histórico da instituição como algo relevante tanto internamente, para todos os representantes ministeriais, como para a população, porque é essencial conhecer bem a sua história, até para não cometer os mesmos erros do passado. E é fundamental reservar para as futuras gerações a história institucional como forma de mostrar a longa caminhada que o Ministério Público do Maranhão trilhou até esse momento e também de inspirar o futuro. E para isso é muito importante que permaneçam continuamente as palestras ministradas por membros e servidores da instituição para os estudantes, favorecendo o contato direto com os alunos na divulgação da nossa história, bem como a parceria com órgãos de turismo a fim de ampliar a divulgação do espaço e facilitar o encaminhamento de visitantes deste e de outros Estados. Deste modo, o programa continuará sendo um referencial e motivo de muito orgulho para nossa instituição.



**REGINA LÚCIA
DE ALMEIDA ROCHA,
PROCURADORA-GERAL
DE JUSTIÇA
(2012-2014 e 2014-2016)**

* ENTREVISTA
REALIZADA PELA
COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO DA
PROCURADORIA
GERAL DE JUSTIÇA,
PRIMEIRAMENTE
PUBLICADA NO
INFORMATIVO
MP MEMÓRIA, Nº.7/13,
MAIO/2017



Imóvel locado para o Memorial do MPMA, onde foi reinaugurado em agosto de 2013

“O PROGRAMA É UM ‘LUGAR DE MEMÓRIA’. ELE É O ESPAÇO DE ENCONTRO ENTRE O PASSADO DOS QUE FIZERAM E SERVIRAM A INSTITUIÇÃO E A HISTÓRIA QUE ESTÁ SENDO ESCRITA HOJE”*

MP Memória - Qual a importância do Programa Memória?

Fátima Travassos - A ocorrência de mudanças aceleradas no mundo contemporâneo, provocadas pelo processo de globalização das relações capitalistas, traz embutido, também, um processo de homogeneização dessas relações, criando sensação de perda ou desconhecimento dos elos e nexos de cada pessoa, grupo ou instituição. Essa situação conduz à busca das raízes, de forma a assegurar a preservação dos valores e elementos de identidade pessoal ou coletiva.

A memória é a certeza do presente. E a história é vital para o crescimento. No Memorial, por exemplo, o cidadão conhece a história da Instituição e de seus membros, bem como a importância do Ministério Público no contexto social – o seu papel como guardião da lei e defensor dos direitos dos cidadãos.

MP Memória - O Programa também pode contribuir para o planejamento de ações futuras?

Fátima Travassos - O Programa permite revelar o dinâmico papel que o Ministério Público vem exercendo na sociedade, a ponto de sintonizá-lo na busca de respostas

às questões fundamentais da atualidade. Com base no conhecimento, resgatado pelo Programa, podemos ter informações acerca das experiências vividas e dos fatos, ações e agentes sociais que contribuíram para a ocorrência acelerada de mudanças, as lutas, conquistas e as verdadeiras atribuições do Promotor e do Procurador de Justiça. Estas e muitas outras preocupações demonstram que há uma visão de mundo e uma sensibilidade do Ministério Público atual na busca e explicitação de sua história em sintonia com o movimento geral da sociedade.

MP Memória - Quais as ações que serão realizadas durante o seu mandato relativas ao Programa Memória?

Fátima Travassos - Neste primeiro momento de administração, estamos trabalhando para a ampliação do Memorial do Ministério Público. Já realizamos reuniões com o Governador do Estado, Jackson Lago, e com o Secretário de Cultura, Joãozinho Ribeiro. O Governo comprometeu-se a ceder um prédio maior para o Memorial no Centro Histórico de São Luís, o que permitirá a ampliação do acervo em exposição e, conseqüentemente, possibilitará à sociedade o resgate mais detalhado da história do Ministério Público, desde a sua origem até os dias de hoje, quando o MP foi transformado pela Constituição no “Poder Cidadão”. Também aguardamos do Governo do Estado a autorização para guarda permanente dos autos do famoso processo-crime contra a Baronesa de Grajaú (1876-1877), em que Celso Magalhães, Promotor Público de São Luís, atuou na acusação, levando-a ao Tribunal do Júri Popular por ter assassinado um escravo. Essa documentação encontra-se guardada há décadas, sem exposição pública, no Museu Histórico e Artístico do Maranhão. Celso Magalhães foi um homem à frente de seu tempo, como agente de transformação social. É um exemplo de Promotor de Justiça. Um patrimônio da história do Estado e da ética social.



MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA (2008-2010 e 2010-2012)



Obra publicada em 2009 (edição de luxo) com a transcrição do histórico Processo da Baronesa e a reprodução de partes dos autos originais

* ENTREVISTA REALIZADA PELA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA. PUBLICADA PRIMEIRAMENTE NO INFORMATIVO **MP MEMÓRIA** Nº 4, DEZ.2008, E NO CADERNO **MP MEMÓRIA** - EDIÇÃO Nº 1, DEZ.2008

“O PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL TEM SIDO REFERÊNCIA INTERNA COMO ATIVIDADE PERMANENTE”*



FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA,
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
(2006-2008)

MP Memória - Qual a importância do Programa Memória do Ministério Público para a sociedade?

Francisco Barros - Nesses quase seis anos do Programa Memória Institucional, o Ministério Público pôde contribuir com a sociedade maranhense no registro de dados históricos que compõem sua identidade. Além de ofertar bibliografia com informações historiográficas absolutamente indispensáveis para qualquer pesquisa sobre a evolução social, política e jurídica de nosso Estado, o Programa Memória Institucional tem sido referência interna como atividade permanente, em que suas metas são buscadas pela dedicação de uma comissão atuante e dedicada, zelosa do papel histórico de sua atuação. Os dados históricos compilados com rigor científico podem subsidiar a análise interna da efetividade da atuação institucional desde seus momentos inaugurais, proporcionando parâmetros para avaliações de desempenho de toda a Instituição.

MP Memória - De que forma o Programa contribui para que o Ministério Público do Maranhão possa planejar as suas ações futuras?

Francisco Barros - O Ministério Público, de uma forma diferenciada, nacionalmente, de prever suas metas e agendas para o futuro, lançou o seu planejamento estratégico quadrienal, que, de forma inovadora, foi participativamente construído com a sociedade, por meio de audiências públicas e debates com os fóruns de direitos e de políticas públicas. É nesse confronto entre o legado de conquistas e a visão de futuro coletivamente construída que o Ministério Público busca sedimentar sua vocação como função

essencial à cidadania, pela via da atividade jurisdicional ou pelo desempenho da via extraprocessual, como ombudsman (ouvidor) da sociedade e difusor da cultura de direitos, por meio de ações de pedagogia social em programas como o Contas na Mão e o de defesa do Direito à Educação. O futuro institucional parte sempre da compreensão de seu passado e, neste sentido, o Programa Memória Institucional é, ao mesmo tempo, forma de resgate da identidade do Ministério Público e parâmetro para a construção dos novos desafios.

MP Memória - Quais as próximas ações a serem implementadas pela Administração Superior com vistas a ampliar o Programa Memória Institucional?

Francisco Barros - Há várias ações do Programa Memória Institucional que ainda precisam ser implementadas. Não apenas o Programa Memória tem o caráter de defensor interno do patrimônio histórico-cultural do Ministério Público e, portanto, da sociedade, como também recai sobre ele a importante tarefa de divulgar a Instituição, com o sentido de colocá-la cada vez mais à disposição das demandas sociais coletivas e difusas. Assim, o resgate e readequação do concurso de monografias e redações, premiando os trabalhos que possam contribuir para melhor compreender o Ministério Público, deve ser imediatamente retomado. Do mesmo modo, o incremento das atividades do Memorial do Ministério Público, já destacado centro de visitação e pesquisa, há de ser mantido. Finalmente, a ininterrupta edição das obras historiográficas é meta permanente do programa.

“RESGATAR A MEMÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO MARANHENSE É RESGATAR PARTE DA HISTÓRIA DO MARANHÃO”**

MP Memória - Por que fazer o resgate da história do Ministério Público do Estado do Maranhão?

Raimundo Nonato - Resgatar a memória do Ministério Público maranhense é resgatar parte significativa da história do próprio Maranhão e do Brasil. Mesmo quando a Instituição não detinha seu atual perfil, com independência e autonomia determinadas pela Constituição em favor do cidadão, o Ministério Público foi o local de amadurecimento de inequívocas vocações para a carreira pública. Inúmeros foram os homens e mulheres que integraram nossos quadros, desde a época da Colônia, influenciando a história política estadual e nacional. Um exemplo: no Direito Civil

brasileiro avulta o nome de Clóvis Beviláqua, que foi Promotor Público da Comarca de Alcântara no início de sua vida pública. O Maranhão, por seu Ministério Público, sempre esteve presente na história jurídica e política da nação brasileira.

Essa herança cultural e histórica deve ser resgatada, para se ter o parâmetro ancestral do Ministério Público do ponto de vista da historicidade de suas conquistas, como instrumento de defesa da cidadania da sociedade, missão que sempre lhe coube. Resgatar a memória do Ministério Público é moldar os exemplos de denodo, coragem, alta-neria de seus membros, como espelho a refletir a imagem

* ENTREVISTA REALIZADA PELA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, PRIMEIRAMENTE PUBLICADA NO INFORMATIVO MP MEMÓRIA, Nº.2/3, MAIO 2008

desejada como paradigmática pelas gerações presente e vindouras de seus membros. Ao contrário do dito de Brecht, a sociedade precisa, sim, de exemplos. Senão de heróis, de inspiradores de grandes mudanças, por suas condutas pessoal e profissional, exemplificativas de um modelo de agentes políticos comprometidos com sua tarefa constitucionalmente definida.

MP Memória – Qual o objetivo do Programa Memória?

Raimundo Nonato - O Programa Memória do Ministério Público tem esse duplo foco: registrar as experiências de construção do atual modelo institucional e prepará-lo, com tais exemplos, para um contínuo aprimoramento, não relegando à vala do esquecimento o conhecimento histórico que inspira e revela o valor das mudanças alcançadas.

Para tanto, o Ministério Público constrói seu programa de resgate da memória institucional com várias áreas de atuação, adequadas a cada um desses objetivos. Com a coleção “Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história”, entregam-se aos pesquisadores obras de significativo valor para o conhecimento e desvendamento da história e das projeções jurídicas, antropológicas, socio-

lógicas e políticas da instituição ministerial, nos cenários maranhense e brasileiro. A partir dessa coleção, o Ministério Público se abre como objeto da investigação científica, sob os mais díspares focos, com o intento de se avaliar e se refundar, discutindo e revendo as conclusões dos trabalhos que pretende premiar em seus concursos científicos, envolvendo estudantes secundaristas e a comunidade acadêmica. Além disso, a Instituição inaugura espaço físico para possibilitar a visitação pública de importantes peças de seu acervo histórico, tornando mais próximos da sociedade extratos de sua própria memória, e instituindo, assim, local de atração turística, visando contribuir com a crescente inclinação econômica de nossa terra para esta atividade. Por fim, aliando a história às modernas tecnologias de informação, estamos publicando a página do Programa Memória do Ministério Público no portal da Procuradoria Geral de Justiça (<http://www.pj.m.gov.br/memorial/inde memorial.htm>).



RAIMUNDO NONATO DE CARVALHO FILHO, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA (2002-2004 e 2004-2006)

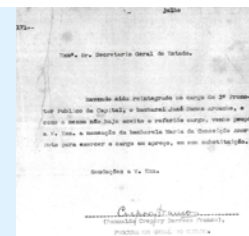


Obras de arte e fachada do Memorial do MPMA em sua primeira localização (inaugurado em dezembro de 2004)

** ENTREVISTA REALIZADA PELA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, PRIMEIRAMENTE PUBLICADA, EM SUA VERSÃO COMPLETA, NO **CADERNO MP MEMÓRIA** - EDIÇÃO COMEMORATIVA DO LANÇAMENTO DO PROGRAMA, DEZ.2004

1933: o Arquivo

A Procuradoria Geral do Estado, órgão superior do Ministério Público Estadual à época, passa a manter o seu arquivo, reunindo, desde então, o acervo documental da Instituição.



1979: a Biblioteca

A terceira lei orgânica do MPMA (Lei nº 4.139, de 13.12.1979) cria a Biblioteca da Procuradoria Geral de Justiça, implantada na gestão do procurador-geral Roque Pires Macatrão (1979-1982). As publicações institucionais e de terceiros passam a ter guarida oficial na PGJ.

1985: um patrono para o MPMA, primeiro ato oficial de resgate da memória institucional

Depois do grande sucesso do romance *Os Tambores de São Luís*, do escritor maranhense Josué Montello, publicado em 1975, cujo enredo, em parte, destaca o transcurso, um século antes, do famoso Processo da Baronesa, representando maior incentivo, portanto, para a valorização do exemplo do **promotor público Celso Magalhães** – o que, todavia, acontecia continuamente no Maranhão desde a sua morte aos 30 anos incompletos (1879) –, o Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão, presidido por Dr. João Américo de Souza, erige-o, pela sua Resolução nº 3, de 22 de janeiro, *Patrono do Ministério Público Estadual*, sob proposta da Corregedora-Geral do Ministério Público, procuradora de justiça Elimar Figueiredo de Almeida Silva.

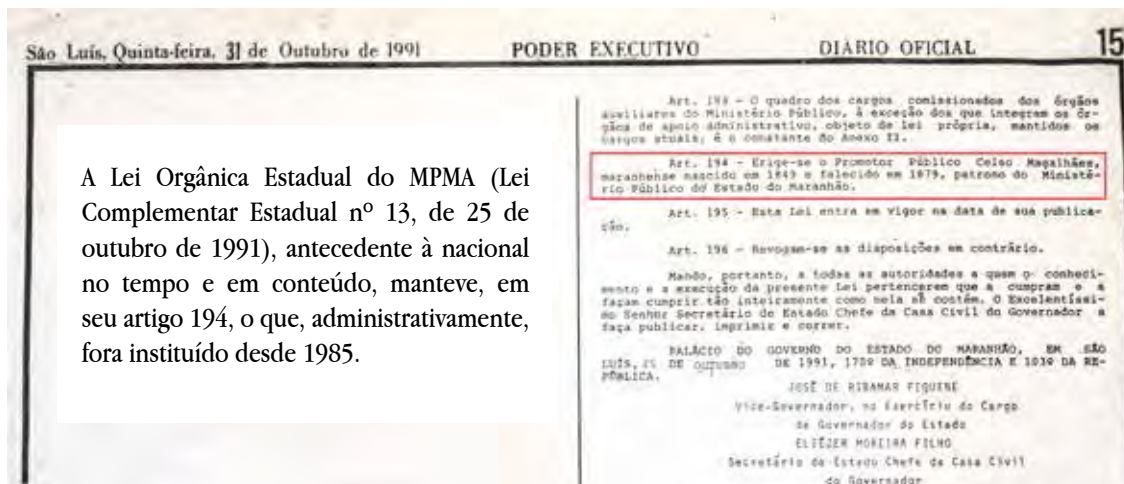
O Colégio também aprovou, no mesmo dia, pela Resolução nº 5, o Regulamento da Me-

dalha do Mérito do Ministério Público, que fora instituída pela Portaria nº 426, de 14.12.1984, Dia Nacional do Ministério Público, com a determinação de que, no seu anverso constasse, ao centro, a efigie do Patrono do Ministério Público, com estes dizeres na orla encimada pelo brasão do Estado: *Mérito do Ministério Público - CELSO MAGALHÃES, 1849-1879*.



1991: instituição, por lei, do patronato de Celso Magalhães

A Lei Orgânica Estadual do MPMA (Lei Complementar Estadual nº 13, de 25 de outubro de 1991), antecedente à nacional no tempo e em conteúdo, manteve, em seu artigo 194, o que, administrativamente, fora instituído desde 1985.

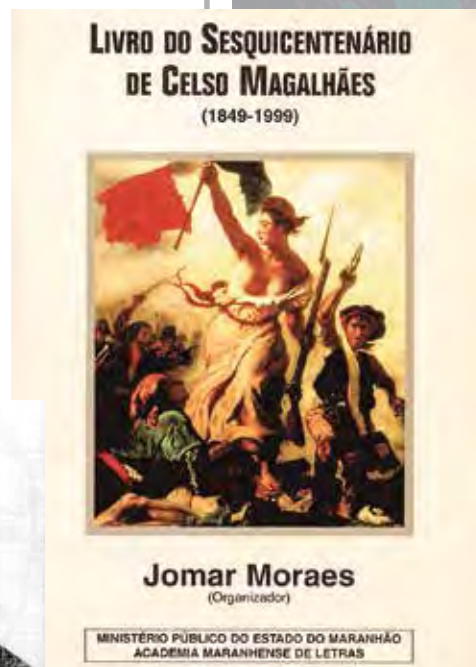


1999: comemoração do sesquicentenário do Patrono

No dia dos 150 anos do nascimento do Patrono do Ministério Público Estadual (11.11), foi lançado o *Livro do Sesquicentenário de Celso Magalhães*, organizado pelo escritor Jomar Moraes, então presidente da Academia Maranhense de Letras, uma publicação do MPMA em parceria com aquela casa de cultura, contendo dados biobibliográficos do homenageado, poemas e textos de sua autoria, apreciações de terceiros sobre a sua vida e a sua obra, bem como várias ilustrações, entre as quais se destacam as gravuras que o retratavam e até então eram conhecidas: uma contemporânea da sua morte, de traços um tanto vagos; e outra de meados do século 20 (retrato *ideal* – por isso, *inexato* –, de autoria de Luigi Dovera, que vem, todavia, sendo reproduzido como efígie, desde 1985, na Medalha do Mérito do Ministério Público).

No Dia Nacional do Ministério Público (14.12), sendo Procurador-Geral o procurador de justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho, foi inaugurado o Anexo *Celso Magalhães* da Procuradoria Geral de Justiça, na Rua Oswaldo Cruz – centro da Capital.

Na época, a presidência da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM), exercida pelo promotor de justiça Paulo Silvestre Avelar Silva, fez exhibir publicamente, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, os autos originais do Processo da Baronesa, cedidos para aquela finalidade específica pelo Museu Histórico e Artístico do Maranhão, que então detinha a guarda desse conjunto documental.



2001: A primeira biografia de Celso Magalhães em livro

Em comemoração aos 30 anos da AMPEM, sua presidente, promotora de justiça Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, realizou, em agosto, a I Jornada de Estudos Jurídicos, ocasião em que fez publicar (23.08) o livro *Celso Magalhães: um perfil biográfico*, do promotor Washington Luiz Maciel Cantanhede, obra vencedora, em dezembro de 2000, do Prêmio Celso Magalhães de Monografias—categoria profissional, concurso instituído pela referida associação, ainda sob a presidência do promotor Paulo Silvestre Avelar Silva, em homenagem ao sesquicentenário do patrono do *Parquet* maranhense, ocorrido em 1999.



O livro, fazendo registro de importantes informações sobre o Patrono do MPMA, algumas inéditas, também tornou públicos, pela primeira vez no Maranhão, o melhor retrato disponível sobre Celso Magalhães (gravura com alto grau de nitidez, que estampou o seu necrológio publicado no Rio de Janeiro) e a portaria de sua demissão, por perseguição política, da Promotoria Pública da Capital.



2002: A criação do Projeto Memória

Após a exposição em 13.12, véspera do Dia Nacional do Ministério Público, de alguns documentos históricos sobre o Ministério Público Estadual na Procuradoria Geral de Justiça, a propósito da celebração daquela efeméride, foi editada a Portaria Nº 2.447, de 26.12, do procurador-geral de justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho, criando uma comissão para coordenar o que se passou a chamar de *Projeto Memória do Ministério Público Estadual*, composta por membros e servidores do MPMA designados no mesmo ato.

Mediante a Portaria Nº 2.447, de 26 de dezembro de 2002, do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, foi nomeada uma “Comissão Coordenadora da Memória do Ministério Público do Estado do Maranhão”, composta pelo procurador de justiça *João Raymundo Leitão* (coordenador), pelo promotor de justiça *Washington Luiz Maciel Cantanhêde*, pela diretora da Biblioteca da PGJ *Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos* e pela chefe da Assessoria de Comunicação da PGJ *Waldenice Oliveira*. Pouco depois, a Comissão teve sua composição ampliada, com a designação do procurador de justiça *Reinaldo Campos Castro* para integrá-la.¹

Começava o *Projeto Memória do Ministério Público Estadual*, fruto da iniciativa do procurador-geral de justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho, após conhecer a experiência de resgate e valorização da memória institucional levada a efeito pelo Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul.

O trabalho confiado àquela Comissão teve início em 30.01.2003, com a reunião de instalação do órgão, mas sem diretrizes claras, por isso que executado com muita dificuldade naquele ano inaugural.

De início, foram estabelecidas as seguintes metas, dentre as sugeridas pelo promotor de justiça Marcio Thadeu Silva Marques, então Secretário para Assuntos Institucionais da Procuradoria Geral de Justiça, responsável pelas providências iniciais para o funcionamento da Comissão: a) inaugurar a galeria fotográfica/iconográfica dos ex-procuradores-gerais de justiça e dos ex-corregedores-gerais do Ministério Público Estadual; b) criar um espaço físico em área histórica de movimentação turística para divulgação dos documentos históricos e pesquisas sobre o MPMA; c) lançar, na comemoração do seguinte Dia Nacional do Ministério Público, coletânea, em formatos de livro e CD-Rom, com documentos históricos sobre a Instituição, tais como os que haviam sido expostos no último Dia Nacional do MP, 13.12.2002; e d) criar um prêmio para melhor monografia sobre o MPMA.

A prioridade então eleita foi a meta do item c, a iniciar-se o respectivo trabalho mediante levantamento da legislação institucional estadual “de período histórico *análogo* ao atual”, considerando o perfil do Ministério Público surgido com a Constituição Federal de 1988.

Registre-se, ainda, a preocupação já manifestada naquela época com a necessidade de colher depoimentos dos membros mais antigos da Instituição, ativos e inativos, a fim de formar um acervo de memória oral.²

Em dezembro, foi apresentado o primeiro dos resultados do Projeto: o volume inaugural da série “Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história”, intitulado *Marcos Legais*, uma coletânea da legislação de regência do Ministério Público Estadual ao longo de todo o período republicano.

Horizontes mais largos, todavia, já se delineavam naquele 12 de dezembro de 2003, comemorando-se o Dia Nacional do MP (14 de dezembro), quando foi realizada farta distribuição de exemplares da obra *Marcos Legais* aos membros da Instituição e convidados presentes na solenidade realizada no auditório da Procuradoria Geral de Justiça. Estavam claros quais os passos do Projeto Memória em 2004:

- a) montagem e inauguração do Memorial do Ministério Público;
- b) publicação do segundo volume da série “Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história”, com transcrição da correspondência dos promotores públicos do Império, existente no Arquivo Público do Estado;
- c) publicação do conteúdo do primeiro volume no portal da Procuradoria Geral de Justiça na Internet;
- d) distribuição gratuita de exemplares do referido trabalho não só aos membros do Ministério Público Estadual, às autoridades e aos dirigentes de outros Ministérios Públicos, mas a entidades de referência em pesquisa, nacionais e estrangeiras, assim como a entidades culturais maranhenses sem fins lucrativos, a fim de permitir o máximo acesso público possível ao conteúdo da obra;
- e) instituição do concurso de monografias sobre a Instituição; e
- f) implementação de uma política de proteção e recuperação da documentação histórica da Instituição, existente no próprio arquivo e em outros arquivos públicos oficiais, já esboçada com a previsão de um convênio entre a Procuradoria Geral de Justiça e o Arquivo Público do Estado, cuja minuta chegou a ser elaborada.

Afinal, restava claro que um longo caminho de resgate e valorização da memória do MPMA precisava ser trilhado, pois as fontes de pesquisa documental já identificadas indicavam a existência de uma rica história a desvelar.

Em março de 2004, cuidou-se de elaborar uma minuta de proposta de resolução transformando o Projeto Memória em programa, portanto com atuação permanente. Discutida e aprovada na Comissão, com poucas emendas, foi encaminhada ao Exmo. Sr. Procurador-Geral, que, adotando-a como proposta, apresentou-a, depois, ao Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça. Finalmente, em sessão realizada no dia 8 de junho, foi a proposta de resolução aprovada pelo Colégio de Procuradores, recebendo o Nº 04/2004 (publicada no Diário Oficial do Estado/Diário da Justiça de 16 de junho), instituindo, como manifestações do Programa :

I – o Memorial do Ministério Público Estadual, espaço para a exposição de objetos, obras de arte e documentos destinados à evocação da história da Instituição, localizado em imóvel determinado pelo Procurador-Geral de Justiça, integrando seu acervo, obrigatoriamente:

¹ Ata da 1ª Reunião (de instalação) da Comissão Coordenadora da Memória do MPMA. Livro respectivo. Folhas 1 e 2, anverso.

² Atas da 1ª Reunião e da reunião realizada em 07.03.2003. Livro respectivo. Folhas 1 e 2, anverso; e 2, verso, 3 e 4, anverso.

- a) Nicho do Patrono do Ministério Público, promotor público Celso Magalhães;
- b) Galeria dos ex-Procuradores Gerais e dos ex-Corregedores-Gerais do Ministério Público;
- c) Documentos históricos de fundamental importância para a Instituição;
- d) Painéis alusivos a fatos importantes e notáveis ex-membros do Ministério Público Estadual;
- e) Vestes talares de Procurador e Promotor de Justiça;
- f) Exemplares das condecorações outorgadas pelo Ministério Público Estadual, bem como originais ou réplicas daquelas recebidas externamente pelos seus mais destacados membros;
- g) Publicações institucionais; e
- h) Totem eletrônico, disponibilizando informações gerais sobre a Instituição.

II – o Concurso Celso Magalhães de Monografias, regulamentado mediante portaria do Procurador-Geral de Justiça e editado anualmente pela Comissão Gestora do Programa, que escolherá tema pertinente à área de abrangência das ciências sociais, notadamente história, direito, sociologia e comunicação social, contemplando as seguintes categorias:

- a) Estudante de Nível Médio, com a outorga do Prêmio Promotora Pública Conceição Mota ao primeiro colocado;
- b) Estudante de Nível Universitário, com a outorga do Prêmio Promotora Pública Aurora Correia Lima ao primeiro colocado; e
- c) Profissional, com a outorga do Prêmio Promotora Pública Arceлина Mocheł ao primeiro colocado;

III – o Plano Editorial Promotor Público Felipe Franco de Sá, constando de publicações alusivas aos trabalhos desenvolvidos ou selecionados no âmbito do Programa; e

IV – a Política de Conservação e Preservação da Documentação Institucional, com normas gerais editadas pela Comissão Gestora do Programa.

Seguiu-se, em obediência à Resolução, a elaboração de minuta do regulamento do Concurso de Monografias, que, adotada pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral, foi editada como Portaria Nº 2.202, de 23 de setembro, publicada no Diário da Justiça de 30 de setembro de 2004.

Fruto do trabalho desenvolvido ao longo de 2004, o Memorial foi instalado no Dia Nacional do Ministério Público, 14 de Dezembro, data em que, para marcar o evento, lançou-se um caderno intitulado *MP Memória*, edição comemorativa da apresentação do Programa Memória. A ocasião serviu também para marcar a inserção, no portal da PGJ na Internet, da página do Programa Memória, exibindo todo o conteúdo da primeira publicação, o livro *Marcos Legais*, de 2003.

Ainda em 2004, foi publicado o livro *Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império* (tomo 1), primeira obra do Plano Editorial Promotor Público Felipe Franco de Sá, que, por não ter sido impresso a tempo, devido a problemas técnicos de natureza gráfica, teve sua distribuição, pela Biblioteca da PGJ, iniciada somente no final de dezembro, primeiramente para os membros da Instituição.

O Concurso de Monografias teve sua primeira edição em 2005, que não resultou exitosa, mas passará por ajustes para a próxima versão, em 2020, de forma a contar com ampla participação de estudantes e profissionais como candidatas.

De 2005 em diante, avançou-se no trabalho de pesquisa e transcrição da correspondência dos promotores públicos do Século XIX, mas, em razão da natural lentidão com que o trabalho é feito – envolvendo manuseio de extenso número de documentos, extremamente frágeis e de difícil decifração – e das prioridades que, de permeio, foram surgindo nos últimos anos, somente agora, dezembro de 2019, ocorre o término das respectivas publicações – oito tomos, do 17 ao 24, encerrando o volume 2 da série “Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história” (*Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império*, período de 1872 a 1892). Registre-se: foram iniciadas em 2004 (tomo 1: período de 1831 a 1841), prolongando-se por 2009 e 2010 (tomos 2 a 16: período de 1842 a 1871).

Nos últimos quinze anos, publicaram-se, apesar disso, oito edições do Informativo MP Memória (seis edições ordinárias, correspondentes aos números 1 a 14; e duas edições especiais, em maio de 2006 e maio



PAINEL EM EXPOSIÇÃO NO MEMORIAL DO MPPMA DESDE A SUA REINAUGURAÇÃO, EM 2013

de 2019), além da primeira edição do caderno *MP Memória* como instrumento de divulgação permanente do Programa (2008), ora reeditado, com atualizações e a propósito da comemoração do 15º aniversário deste. São publicações que deixaram registrada a evolução das atividades do Programa, além de homenagens a momentos e personalidades marcantes da história do Ministério Público do Maranhão.

Em meio a tudo isso, uma das mais importantes conquistas: tornou-se realidade o tão almejado enriquecimento do acervo do Memorial mediante a aquisição dos autos do processo-crime movido pela Pro-

motoria Pública da Capital, no ano de 1876, contra Ana Rosa Viana Ribeiro, importante dama da sociedade local (Baronesa de Grajaú a partir de 1884), acusada como mandante do homicídio de uma criança escrava de sua “propriedade” – processo em que a histórica acusação a cargo do promotor público Celso Magalhães foi responsável pela sua elevação ao status de Patrono do Ministério Público do Estado do Maranhão. O governador do Estado Jackson Lago autorizou a cessão dos autos do *Processo da Baronesa* ao Ministério Público Estadual na solenidade de abertura do I Congresso Estadual da Instituição, que se realizou no período de 1º a 3 de dezembro de 2008, atendendo pleito da procuradora-geral de justiça Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro. Assim, no dia 24 de março de 2009, no gabinete da Procuradora-Geral, foi formalizada, pelo então Secretário de Estado da Cultura, Joãozinho Ribeiro, a cessão e entrega daquela documentação histórica. O ato representou a conclusão dos esforços que o *Parquet* maranhense vinha desenvolvendo, desde 2004, para a obtenção da guarda dos dois volumes do processo, há 35 anos em poder do Museu Histórico e Artístico, que, por necessidade de conservação, jamais os expusera em caráter permanente.

A guarda desses autos pelo MPMA possibilitou sua transcrição e integral digitalização, facilitando o acesso por parte de pesquisadores e do público em geral e garantindo sua preservação, uma vez que não mais será necessário seu manuseio por quem se interessar em conhecer seu conteúdo. Os resultados disso, ao longo do tempo, foram: a publicação, em 14.12.2009, Dia Nacional do MP, do livro *Autos do processo-crime da Baronesa de Grajaú: 1876-1877*, edição de luxo com a transcrição completa e a reprodução de partes dos autos originais; a disponibilização, na sequência, da cópia digitalizada dos originais e da versão eletrônica do livro (transcrição) na página do Programa Memória no portal da PGJ na Internet; e a exibição no Memorial, desde o último dia 11 de outubro, de uma réplica dos originais, cortesia da Assembleia Legislativa do Estado.

Em 2017, uma antiga proposição, alimentada desde 2003, tornou-se realidade: em consonância com resoluções específicas sobre o tema da memória do *Parquet* brasileiro, então editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público, o Sr. Procurador-Geral de Justiça, promotor de justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho, fez publicar os atos regulamentares 21 e 22, estabelecendo a História Oral como mais uma linha de ação do Programa Memória, hoje com quinze importantes entrevistas realizadas, algumas já oferecendo subsídios para manifestações do Programa, depoimentos que aguardam publicação em futuro próximo.

Quanto ao Memorial, foi imensamente visitado desde a sua inauguração (em espaço cedido pelo Governo do Estado, de 2004 a 2010), reinauguração (em espaço alugado, de 2013 a 2018) e reinstalação (em espaço próprio, desde 2018), funcionando como principal vitrina do Programa Memória nestes quinze anos de sua existência, situação hoje consolidada, inclusive, pela incorporação de um segundo espaço, com acervo multimídia, de grande apelo principalmente para a juventude, onde se destacam o painel mural exibindo uma linha do tempo da história do Ministério Público maranhense e totens eletrônicos para acesso a conteúdos

textual, iconográfico e audiovisual – sonho acalentado desde 2004 e realizado, portanto, em 2018.

No ano em curso, iniciou-se, ainda em caráter experimental e sem normativa própria, uma nova linha de ação do Programa Memória, a *Memorabilia* MP, mostra alusiva às efemérides ministeriais, inaugurada com quatro exposições, instaladas entre outubro e dezembro.

E tudo o que fez o Programa Memória – quando, como, por que e qual a sua importância – se vê, mais detalhadamente, adiante, em capítulos próprios.

A MEMÓRIA DA INSTITUIÇÃO

A Instituição, por si só, não basta. As leis não bastam por si sós. Mais que prerrogativas e garantias das leis, o valor das instituições está nos homens que as compõem.

JOSÉ GERALDO RODRIGUES DE ALCEMIM, Ministro do STF. Discurso no II Congresso Nacional do Ministério Público (mar. 1973).

Nada há mais pungente e doloroso, Exmo. Senhor, do que ver-se o crime oprimir a inocência, zombar das leis e alardear sua nefanda natureza.

BACHABEL SALUSTIANO FERREIRA DE MORAES REGO em defesa corajosa de sua postura como Promotor Público de Brejo, Ofício ao presidente da Província do Maranhão (dez. 1861).

Resgatar a memória do Ministério Público maranhense é moldar os exemplos de denodo, coragem

e altanería de seus membros, como espelho a refletir a imagem desejada como paradigmática pelas gerações presente e vindouras de seus membros.

RAIMUNDO NONATO DE CARVALHO FILHO, Procurador-Geral de Justiça (1997-2000; 2003-2006) e instituidor do Memorial do Ministério Público. Entrevista para a publicação *MP Memória* (dez. 2004).

O que, com efeito, é o presente? No infinito da duração, um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que, mal nasce, morre. Mal falei, mal agi e minhas palavras e meus atos naufragam no reino de Memória.

Historiador MARIO BLOCH em sua obra *Apologia da história ou o ofício de historiador* (1949). Inspiração para o Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão.



PAINEL EM EXPOSIÇÃO NO MEMORIAL DO MPMA DESDE A SUA REINAUGURAÇÃO, EM 2013

“Era Celso de Magalhães um vigoroso talento,
um nobilíssimo caráter.”*



“Glória a Celso,
excelso orgulho de nosso povo.”**

CELSO MAGALHÃES, PATRONO DO MPMA

MEDALHA DO MÉRITO
DO MINISTÉRIO
PÚBLICO, INSTITUÍDA
PELA PORTARIA
Nº 426-PGJMA,
DE 14.12.1984

* DO NECROLÓGIO
PUBLICADO EM O
PAIZ. SÃO LUÍS-MA,
10 DE JUNHO DE 1879,
PÁGINA 2.

** JOMAR MORAES,
HISTORIADOR,
ESCRITOR E EDITOR.
ENTREVISTA PARA O
INFORMATIVO
MP MEMÓRIA,
ED. 5/6, DEZ.2010



CELSO TERTULIANO DA CUNHA MAGALHÃES

(★ 1849 - † 1879)

Promotor da Capital (1874-1878), pugnou e conseguiu a sujeição de D. Ana Rosa Viana Ribeiro, importante dama da sociedade aristocrática do Maranhão, futura Baronesa de Grajaú, a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular (1877) como autora de homicídio contra o escravidão Inocêncio em fins de 1876 – e após ser presa a requerimento da Promotoria.

Um dos grandes nomes da inteligência maranhense no Império a sofrer demissão do cargo de promotor público por perseguição política, foi o primeiro entre os primeiros exonerados (e "a bem do serviço público"), em número de 28, no dia 29.03.1878, um dia após o futuro Barão de Grajaú ter assumido a presidência da Província do Maranhão.

Em razão de sua trajetória de vida, que sacrificou pelos mais elevados ideais de justiça, Celso Magalhães é o Patrono do Ministério Público do Estado do Maranhão, assim declarado pela sua atual lei orgânica (Lei Complementar nº 13/1991, art. 194). É ele, de longe, **a maior figura da história da Instituição**, embora a tenha vivenciado ainda em sua fase embrionária. Avulta como exemplo da mais legítima e límpida atuação profissional e como **verdadeiro mártir da Promotoria Pública**, por tudo quanto fez e ficou registrado na História.

Poeta abolicionista, cronista, romancista, dramaturgo, folclorista, pioneiro do romance naturalista no Brasil com a obra *Um estudo de temperamento*, fundador da pesquisa científica sobre o folclore do país com o trabalho *A poesia popular brasileira*, renovador cultural do Maranhão no último quartel do século XIX. Patrono de cadeiras da Academia Maranhense de Letras, da Academia Maranhense de Letras Jurídicas e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, entre outras instituições.

O PROCESSO DA BARONESA: RECURSO DA IMPRONÚNCIA



SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E O INÍCIO DO SÉCULO XX [FOTO DE GAUDÊNCIO CUNHA, PUBLICADA NO ÁLBUM MARANHÃO 1908]. AQUI FUNCIONOU O TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL DURANTE O IMPÉRIO.

“No caso vertente, o procedimento anterior da acusada é todo contra ela, os seus precedentes são-lhe hostis e o espírito não tem repugnância alguma em aceitar a ideia de sua autoria na morte de Inocêncio.

A certidão que vai junta a estas razões mostra que tinha ela por hábito maltratar os seus escravos, certidão que é sancionada pela voz pública, pelos fatos que narram diariamente a seu respeito. Neste documento vê-se que a autoridade policial, em 1872, foi a fazer com que a acusada assinasse um termo de responsabilidade e segurança a favor de sua escrava Ignez, que se obrigasse a tratá-la bem e a não castigá-la imoderadamente. Em 1873, ainda a autoridade policial viu-se na dura necessidade de fazer sair a dita escrava para fora desta cidade, sem que fosse a parte alguma desta capital, sob qualquer pretexto, acrescenta o termo.

Quem na sua vida tem semelhantes precedentes, provados por certidões públicas, não pode exhibir uma inocência tão altaneira, nem uma intangibilidade tão absoluta perante a opinião.

Concedendo, porém, apenas por hipótese, que não estivesse provado dos autos ter sido a morte de Inocêncio proveniente de castigos, não haveria neles prova bastante de que tinha sido seviciado?

Sendo assim, não deveria a acusada ir perante o Tribunal do Júri responder pela imoderação desses castigos, e justificar-se, porque só o júri podia julgá-la, porque só ele era o competente para isso?

Perante as leis do nosso processo não é o escravo pessoa miserável e, como tal, não está sob a proteção do Ministério Público?

Se as sevícias fossem consideradas graves, *tollitur quaestio*, a promotoria tinha direito de querelar a acusada, o processo estava válido.

O caso presente é gravíssimo, Senhor.

A opinião se tem levantado unânime para condená-lo e as exigências sociais devem ser satisfeitas, a fim de que a ação da justiça seja respeitada e o seu fim isento da deturpação.

Recorrendo para este venerando tribunal, tem certeza esta promotoria de ver julgado procedente o seu recurso, à vista do mérito dos autos e valor dos documentos apresentados.

Houve um delito, é preciso que a sua autora responda por ele e defenda-se regular e legalmente perante o júri. Lá ela mostrará, se lhe for possível, que é inocente e travar-se-á o debate entre as partes.

É nas penas do art. 193 do Cód. Crim. que, segundo o seu parecer, espera esta promotoria ver pronunciada a acusada D. Anna Rosa Vianna Ribeiro, com o que se fará plena justiça.

Maranhão, 29 de janeiro de 1877.

Com seis documentos.

Celso da Cunha Magalhães.”

(Excertos das razões do recurso contra a decisão de impronúncia da ré D. Anna Rosa Vianna Ribeiro)



POESIA E PROSA

*“Poeta festejado, escriptor ameno,
adquirio uma bonita reputação,
sendo desde os tempos acadêmicos o seu
nome apontado entre os mancebos que
um dia terão de ocupar os primeiros
lugares nas lettras pátrias.”**

“Vós, que sois habitantes de um país livre, conformai o vosso espírito às instituições pátrias a fim de que possais apelidar-vos de cidadãos; criai pelo trabalho as favoráveis condições da independência individual, e elas vos darão independência política, e esta querida independência do coração, que nos habilita a ouvir o queixume da miséria, e consolá-lo, a repartir com o pobre o que de mais nos sobra, a tornar nossa a causa do necessitado, que é a da comunhão no meio da qual se vive.

Se pelo trabalho formardes o vosso acervo e a vossa renda, podeis lutar contra os abusos e violências do poder, amparando o vosso direito da ameaça, que sobre ele paira, e fazendo causa comum com os vossos concidadãos ameaçados ou oprimidos para os defenderdes a fim de que eles vos defendam também, resultando deste esforço coletivo o bem-estar geral e a efetividade e respeito do direito de todos.

(...)

Se assim procederdes, lançareis a abençoada semente do futuro da nossa sociedade, e antes de vos bater à porta o frio triste da velhice recebereis um raio de sol quente e consolador coado por entre as mãos de vossos filhos, assim como a bênção e a festa dos vossos concidadãos livres e felizes.”

(Trechos da crônica *Excertos Verum Sensum Rerum*, da série “Carranquinhas”, crítica de costumes da capital maranhense)

Escravo! e pode um homem ser escravo?
Todos nós de um só pae filhos nascemos,
– de Deus, dispensador de eternas graças.
Com que titulo pois um homem a outro,
que é seu irmão da mesma natureza,
diz: – “tu és meu escravo”? – Oh! maldição
sobre o povo que ainda no seu seio
alimenta este crime tão nefando!

Podesse a minha voz, transpondo o espaço
reboar aos ouvidos dos senhores,
trazer-lhes a vergonha, a piedade
ao coração; podessem as minhas frases
remorder-lhes as frias consciencias
pelo crime embotadas!...

Seja este nome – escravo – suprimido
da lista dos vocabulos!
Lave-se á nodoa infame que marêa
o refulgente nome do Brazil;
e, se o sangue somente lavar pode
essa mancha odienta e vergonhosa,
venha o sangue, por Deus, venha a revolta!
Calque-se aos pés o jugo espedaçado!
e seja o hynno universal e santo
por todas as nações cantado – um nome
uma palavra só qu’ em si resume
o que ha de bello e justo: – LIBERDADE! –

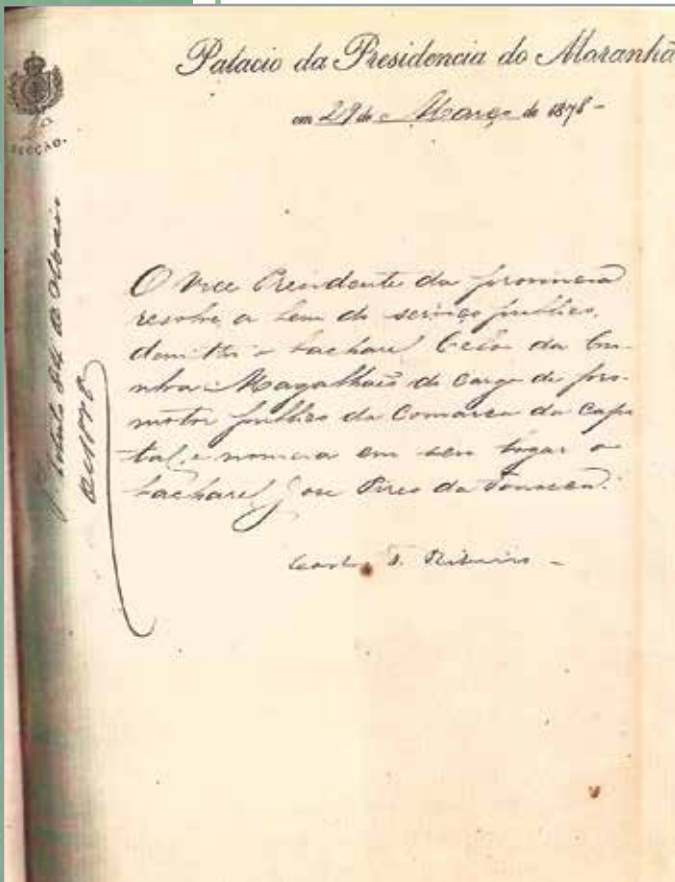
(Versos do poema *O Calhambola*)

*DO NECROLÓGIO
PUBLICADO EM O PAIZ.
SÃO LUÍS-MA, 10 DE JUNHO
DE 1879, PÁGINA 2.

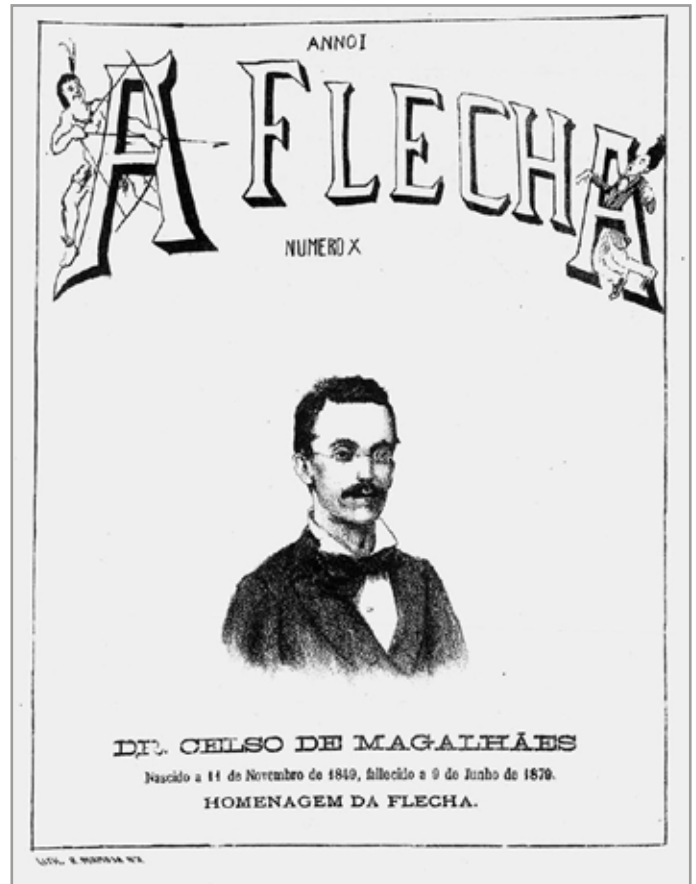
São Luís do Maranhão
vista da Ponta de São Francisco em 1864
(pintura de Manuel Ricardo Canto)



DEMISSÃO INFAMANTE E HOMENAGENS PÓSTUMAS



PORTARIA
DE DEMISSÃO



SOBRADO ONDE
MOROU CELSO
MAGALHÃES,
NA RUA DAS HORTAS,
EM FOTO DE 2004.

“Exercendo por muitos annos o cargo de promotor, jamais teve a justiça sacerdote mais devotado. Para o rico, para o pobre, para o desvalido, para o potentado, foi sempre o mesmo, e embora levantassem-se contra se os protestos dos desgostosos, elle cumpria impassível o seu dever, porque comprehendia a justiça una, indivisível, sem gradações; e assim no dia em que desceo daquella cadeira que tão alto levou, passou com a fronte erguida, animado pelo legítimo orgulho de um procedimento immaculado, por entre a multidão que respeitosa o contemplava.”*

*DO NECROLÓGIO
PUBLICADO EM O
PAIZ. SÃO LUÍS-MA,
10 DE JUNHO DE 1879,
PÁGINA 2.

OUTROS PROMOTORES NOTÁVEIS DO IMPÉRIO



ANTÔNIO DE ALMEIDA OLIVEIRA



ARTHUR QUADROS COLLARES MOREIRA



AUGUSTO CÉSAR LOPES GONÇALVES



AUGUSTO OLÍMPIO GOMES DE CASTRO



BENEDITO PEREIRA LEITE



CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA



CASEMIRO DIAS VIEIRA JÚNIOR



CLÓVIS BEVILÁQUA



FELIPE FRANCO DE SÁ



FRANCISCO DA CUNHA MACHADO



FRANCISCO DIAS CARNEIRO



FREDERICO JOSÉ CORRÊA



FREDERICO PEREIRA DE SÁ FIGUEIRA



GENTIL HOMEM DE ALMEIDA BRAGA



ISAAC MARTINS DOS REIS



JOÃO DUNSHEE DE ABRANCHES



JOÃO PEDRO DIAS VIEIRA



JOSÉ PEREIRA DA GRAÇA ARANHA



TRAJANO GALVÃO DE CARVALHO



URBANO SANTOS DA COSTA ARAÚJO

FONTE:
ESTADO DO MARANHÃO.
Procuradoria-Geral
de Justiça. Ministério
Público do Estado do
Maranhão: fontes para
sua história. Volume I:
Marcos Legats. São Luís:
PGJ-MA, 2003.



JOAQUIM FRANCO DE SÁ
Importante magistrado e político maranhense, foi, ainda estudante de Direito, o cidadão mais votado para servir como Promotor do Júri de Alcântara, sua terra (1831). Presidente das províncias da Paraíba e do Maranhão, senador e desembargador.



MARIA DA CONCEIÇÃO AMORIM MOTTA
Promotora Pública da Capital. Era uma das primeiras advogadas do Maranhão, tendo sido a primeira a atuar no Tribunal do Júri no Estado, quando foi nomeada Promotora Pública, a primeira do Maranhão e uma das primeiras do Brasil (1935). Ainda estudante, defendera publicamente o voto feminino.



ESMARAGDO DE SOUSA E SILVA
Procurador-Geral do Estado, conseguiu a introdução, na Constituição maranhense de 1967, de norma separando a chefia do Ministério Público da advocacia do Estado. Primeiro Procurador-Geral de Justiça do Maranhão. Desembargador e presidente do TJ-MA. Presidente do TRE-MA.



CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA
Promotor Público da Capital. Primeiro maranhense notável a sofrer demissão da Promotoria Pública (1842) por perseguição política. Jornalista, jurista, historiador, geógrafo, professor e prócer do Império.



NEWTON DE BARROS BELLO
Promotor Público de Rosário exonerado pelo interventor federal Martins de Almeida (1934) sem justificativa, ao que se seguiu demanda judicial pela sua reintegração, a qual foi julgada improcedente pela Corte Suprema, tendo o governador Aquiles Lisboa, todavia, anulado o ato, reputado injusto e ilegal (1935). Parlamentar, Secretário de Estado e Governador do Maranhão.



JOÃO PEDRO DIAS VIEIRA
Promotor Público da Capital. Rebelando-se contra a hipertrofia do poder policial, em defesa das prerrogativas do cargo de Promotor Público, deixou registrada a primeira manifestação formal em prol da autonomia do ofício do Ministério Público, que então ainda era embrionário (1842). Advogado, magistrado, professor, jornalista e prócer do Império.

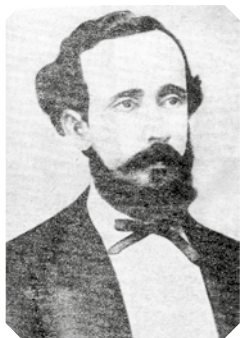


THALES DO AMARANTE RIBEIRO GONÇALVES
Promotor Público de Caxias demitido ilegalmente pelo governador Aquiles Lisboa (1935), ao que se seguiu demanda judicial pela sua reintegração, a qual foi julgada procedente na Corte de Apelação do Maranhão (1936), um dos motivos para o *impeachment* do Governador. Posteriormente, magistrado.



FRANCISCO CORREA LEAL
Primeiro Promotor Público do Maranhão, na condição de primeiro nomeado para o cargo na Capital (1833). Defensor da Adesão do Maranhão à Independência do Brasil, vereador de São Luís, advogado, magistrado e deputado provincial.

PROCURADORES PIONEIROS*



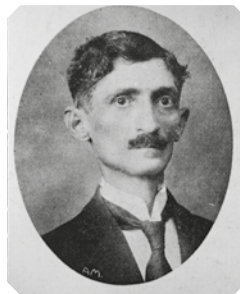
FELIPE FRANCO DE SÁ

Promotor Público da Capital forçado, por circunstâncias políticas, a pedir exoneração do cargo, sustentando pioneira e publicamente o que hoje é prerrogativa constitucional dos membros do Ministério Público no Brasil: a independência funcional (1868). Jornalista, advogado, filólogo e prócer do Império.



JOSÉ JANSEN FERREIRA JÚNIOR

Importante advogado, magistrado e político maranhense. Desembargador do Superior Tribunal de Justiça e primeiro chefe do Ministério Público Estadual, na condição de Procurador-Geral do Estado do Maranhão (1891). Presidente da Província do Amazonas.



JOÃO DE LEMOS VIANA

Promotor Público da Capital desde 1910, destituído do cargo por ato do governador Herculano Parga (1914), sem justificativa, ao que se seguiu demanda judicial pela sua reintegração, caso definitivamente encerrado somente em 1919, quando a sentença foi cumprida. Secretário de Estado e Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Maranhão.



EDSON DA COSTA BRANDÃO

Promotor Público da Capital. Primeiro membro do Ministério Público do Maranhão a exercer a chefia da Instituição, na condição de Procurador-Geral do Estado (1935-1936), e por 12 anos, 11 dos quais continuamente (1937-1948), mediante nomeação do governador Paulo Martins de Souza Ramos. Advogado, vereador e prefeito de São Luís.



ARCELINA RODRIGUES MOCHEL

Primeira Promotora Pública no interior do Maranhão (Coroatá, 1937), quando ainda estudante de Direito. Aprovada em primeiro lugar no primeiro concurso para Promotor Público no Maranhão (1941), nomeada para a Promotoria de Pinheiro, que não quis assumir. Militante feminista e comunista, jornalista e ativista política no Rio de Janeiro. Vereadora do Distrito Federal.



AURORA CORREIA LIMA FÉLIX

Promotora Pública de Flores, Rosário, Codó e São Luís. Primeira Promotora do Maranhão que assumiu o cargo após aprovação em concurso público (1941), o primeiro que se realizou para ingresso no Ministério Público. Procuradora do MP perante o Tribunal de Justiça. Poetisa com obra publicada.



ANTÔNIO DE BRITTO SOUSA GAYOSO

Promotor Público da Capital. Pioneiramente, anunciou o início da gestação de uma teoria do Ministério Público no Brasil e foi precursor, no Maranhão, da ideia de promotores independentes e vitalícios e de um MP de feição social (1857). Primeiro promotor a acusar Ana Rosa Viana Ribeiro, futura Baronesa de Grajaú, por homicídio de escravo (1858). Parlamentar, magistrado e presidente da Província do Piauí.



JOÃO DIAS XAVIER DA CUNHA

Promotor de Pastos Bons que, reclamando de sua demissão, oficiou ao Presidente da Província, fazendo a primeira referência formal de um Promotor Público do Maranhão ao seu ofício como Ministério Público (1856), 18 anos antes de aparecer tal denominação na legislação imperial.

* AMOSTRA DE VULTOS HISTÓRICOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REVELADOS EM PUBLICAÇÕES DO PROGRAMA MEMÓRIA E NA LINHA DO TEMPO DA HISTÓRIA DO MPMA, EXPOSTA NO SEU MEMORIAL. SÃO FIGURAS DE RELEVO PARA A HISTÓRIA MINISTERIAL, TANTO NO MARANHÃO QUANTO NO BRASIL, SEJA PELO PIONEIRISMO, SEJA PELO DESASSOMBRO DA ATUAÇÃO DE CADA UMA DELAS DESEMPENHANDO O SEU MÚNUS PÚBLICO.

...OS PROMOTORES DO MARANHÃO IMPERIAL

Abel Graça
Adolpho José Ascenço Costa Ferreira
Affonso Giffenig de Mattos
Agostinho Júlio do Couto Belmont
Agostinho Moreira Guerra Júnior
Alfredo Saldanha
Alfredo Teixeira Mendes
Altino Lellis de Moraes Rego Júnior
Anastácio Martins Jorge
Antônio Baptista Barbosa de Godois
Antônio Carneiro Homem de Soutto Maior
Antônio de Almeida Oliveira
Antônio de Britto Souza Gayozo
Antônio José Correa de Mendonça
Antônio Marcellino Nunes Gonçalves
Antônio Martinianno Lapenberg
Antônio Raymundo Tavares Belford
Antônio Teixeira Belfort Roxo
Aristides Augusto Coelho de Souza
Aristides de Lobão
Arthur Bezerra de Menezes
Arthur Napoleão Coelho de Sousa
Arthur Quadros Collares Moreira
Augusto César Lopes Gonçalves
Augusto Olympio Gomes de Castro
Benedicto Pereira Leite
Bento Antônio Franco de Sá
Bento d' Albuquerque Maranhão
Bolívar Teixeira Mendes
Bruno Jansen Pereira
Cândido Mendes de Almeida
Carlos Emílio de Andrade Peixoto
Carlos Francisco de Araújo Costa
Casimiro de Barros e Vasconcelos
Casimiro Dias Vieira Júnior
Celso da Cunha Magalhães
Clóvis Beviláqua
Emiliano José Rodrigues
Fernando Maranhense da Cunha
Filippe Franco de Sá
Francisco Antônio Brandão
Francisco Correa Leal
Francisco d'Araújo Costa
Francisco da Cunha Machado
Francisco de Paula Ribeiro
Francisco Dias Carneiro
Francisco Hygino Jansen Vieira de Mello
Franklin Washington de Souza Rego
Frederico José Correa
Frederico Pereira de Sá Figueira
Gastão Ferreira de Gouveia Pimentel Belleza
Gentil Homem de Almeida Braga
Henrique Hermeto Martins
Henrique Maciel Parente
Heráclito d'Alencastro Pereira da Graça
Ignácio Vieira da Silva Coqueiro
Isaac Martins dos Reis
Jerônimo Pereira de Albuquerque
João Cândido de Moraes Rego Jr.
João Clímaco Lobato
João Coelho de Souza
João Dias Xavier da Cunha
João Dunshee de Abranches Moura
João Henrique Vieira da Silva
João Pedro Dias Vieira
Joaquim da Costa Barradas
Joaquim Lopes Lobão
Joaquim Mariano Franco de Sá
José Cândido Gomes da Silva Belford
José Jansen Ferreira Júnior
José Joaquim de Carvalho
José Joaquim Tavares Belfort
José Manoel de Freitas
José Marianno Alves Serrão
José Pereira da Graça Aranha
José Pires da Fonseca
José Roberto Vianna Guilhon
José Vicente Freire Bruce
Luís Rodrigues de Miranda Leda
Lycurgo Marreiros Brandam de Castelo Branco
Manoel Coelho de Souza
Manoel Duarte do Valle Júnior
Manoel Jansen Ferreira
Manoel Lopes da Cunha
Martiniano Mendes Pereira
Miguel Olímpio de Carvalho
Pedro Baptista de Moraes Rego
Pedro Jansen Ferreira
Pedro José da Silva Guimarães Júnior
Pedro Nunes Leal
Pedro Wenescop Cantanhede
Raimundo Alexandre Valle de Carvalho
Raimundo de Souza Milhomem
Raymundo João de Moraes Rego
Raymundo Joaquim Ewerton Maia
Ricardo Amável Rodrigues
Salustiano Ferreira Moraes Rego
Torquato Tasso Coelho de Souza
Trajano Galvão de Carvalho
Urbano Santos da Costa Araújo

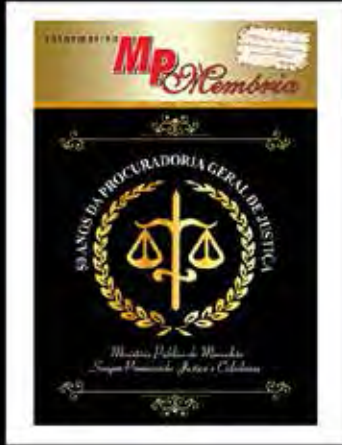
FONTE:
ESTADO DO
MARANHÃO.
Procuradoria Geral
de Justiça. **Ministério
Público do Estado do
Maranhão: fontes para
sua história. Volume
2: Correspondência
Ativa dos Promotores
Públicos do Império.**
Tomos 1 a 24: 1831-
1892. São Luís: PGJ,
2004 a 2019.

Amostra (100 nomes) da lista dos Promotores do Império (1831-1889).

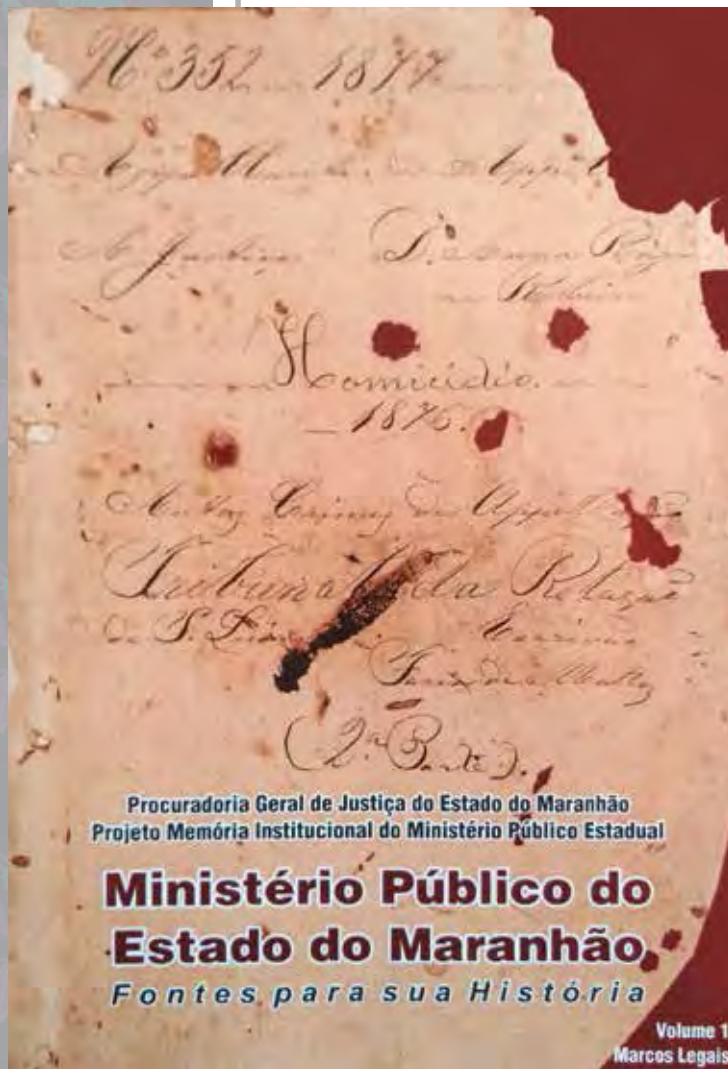
São nomes que revelam muito da história do Maranhão e do próprio País, assim como põem em destaque qual a “utilidade” do cargo de promotor àquele tempo, se analisarmos *quem é quem* na referida lista sob os prismas genealógico, cultural e político. Eram jovens “bem nascidos” ou bem formados que estreavam na vida pública pelas sendas da Promotoria Pública, na qual permaneciam por pouco tempo, o que mostra que o exercício do cargo calhava à necessidade de uma espécie de estágio para a futura ocupação, por eles, de funções então consideradas mais nobres pela sociedade.

NOTA: manteve-se a grafia empregada nos documentos, apenas atualizando a acentuação gráfica.

PUBLICAÇÕES



Também disponíveis ou a disponibilizar em: www.mpma.mp.br/memorial/



Embora ainda não estivesse instituída no âmbito do Programa *Memória Institucional do Ministério Público Estadual* (tratava-se do Projeto Memória), a primeira atividade editorial tendente ao resgate da memória da Instituição deu-se com a obra **Marcos Legais**, primeiro volume da série *Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história*.

Os comentários na contracapa do portentoso volume (728 páginas), lançado em dezembro de 2003, fruto de pesquisas realizadas durante oito meses naquele ano, dizem da sua importância:

“É este o primeiro volume da série que, no âmbito do Projeto *Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão*, criado pela Procuradoria Geral de Justiça, pretende disponibilizar material para estudo da evolução histórica da Instituição.

Contém toda a legislação estadual de regência do Ministério Público ao longo de mais de cem anos, desde 1891, de quando data nossa primeira constituição, alcançando 1991, ano em que veio a lume a atual lei orgânica estadual da Instituição, e se estendendo pelas leis posteriores, visto ser indiscutível que a compreensão da história de um povo e de suas instituições depende do conhecimento de seu direito positivo na sucessão dos tempos.

A publicação está organizada por capítulos, em que os textos legais foram dispostos em ordem cronológica, agrupados por ciclos históricos do Estado Brasileiro, de 1891 a 1967, e do Ministério Público do Maranhão, de 1967 aos dias atuais. É a própria história do Ministério Público Estadual que se encontra impressa nas centenas de páginas desta obra, contendo todas as normas de organização e balizamento da atuação ministerial por mais de um século, transcritas *ipsis litteris*, isto é, tais

como publicadas no Diário Oficial do Estado e em outras fontes.

O livro vem enriquecido com uma introdução que aborda as origens e a evolução – em Portugal, no Brasil e, particularmente, no Maranhão – dos cargos isolados que foram o embrião do Ministério Público, situando seu exercício em diversos contextos histórico-sociais e com uma visão que se revela inovadora em vários pontos.

De igual valor são as dezenas de páginas de ilustrações (65), reproduzindo documentos históricos e retratos de personalidades que fizeram e fazem, ainda hoje, a história da Instituição.

Finalmente, nove importantes anexos expõem o conjunto de normas voltadas para o ambiente interno e a estrutura organizacional do Ministério Público Maranhense, registram seu quadro de membros efetivos em momentos cruciais da história institucional e, por último, revelam a sucessão de todos os seus chefes, Procuradores-Gerais do Estado (1891-1967) e Procuradores-Gerais de Justiça (1967-2003), além dos Corregedores-Gerais (1973-2003). Ressalte-se o pioneirismo da iniciativa representada por estes últimos anexos, evitando o completo olvido de figuras já esmaecidas pelo decurso do tempo. Esta atividade constituiu, a bem da verdade, a parte mais demorada da pesquisa, pela total falta de referências que, de início, havia, assim como pela carência de fontes precisas onde constassem as necessárias informações sobre pessoas que exerceram o cargo e as respectivas épocas.

Trata-se, por todo o exposto, de uma obra que vem enriquecer a bibliografia nacional sobre a história da instituição ministerial.”

Dignos ainda de destaque nessa obra são os seguintes registros, referentes a descobertas e resgates da história ministerial maranhense: o primeiro promotor público do Maranhão, bacharel Francisco Correa Leal; galeria de promotores públicos do Império – literatos, juristas e políticos famosos; nomeação da primeira promotora pública do Maranhão, Maria da Conceição Amorim Motta; promotoras públicas Arcelina Mochel e Aurora Correia Lima, aprovadas no primeiro concurso público para ingresso no Ministério Público; a criação da Procuradoria Geral de Justiça, órgão autônomo e exclusivo da chefia do Ministério Público etc.

ESTADO DO MARANHÃO.
Procuradoria-Geral de Justiça. **Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história. Volume I: Marcos Legais**. São Luís: PGJ-MA, 2003. 726 p. il.

O volume 2 da série *Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história*, intitulado *Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império*, teve sua publicação iniciada em dezembro de 2004, já no âmbito do Plano Editorial Promotor Público Felipe Franco de Sá, uma das linhas de manifestação do Programa *Memória Institucional do Ministério Público Estadual*, criado este mediante resolução do Egrégio Colégio de Procuradores, em junho daquele ano.

A *Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império* contém a transcrição dos mais importantes ofícios, com os respectivos anexos, enviados pelos promotores públicos do Maranhão, no século XIX, ao Presidente da Província. A documentação original completa pertence ao acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), em cujas dependências foi transcrita por historiadoras e estagiários contratados para essa finalidade pela Procuradoria Geral de Justiça.

Em dezembro de 2004, foi publicado apenas o tomo 1 da *Correspondência Ativa* (volume 2).

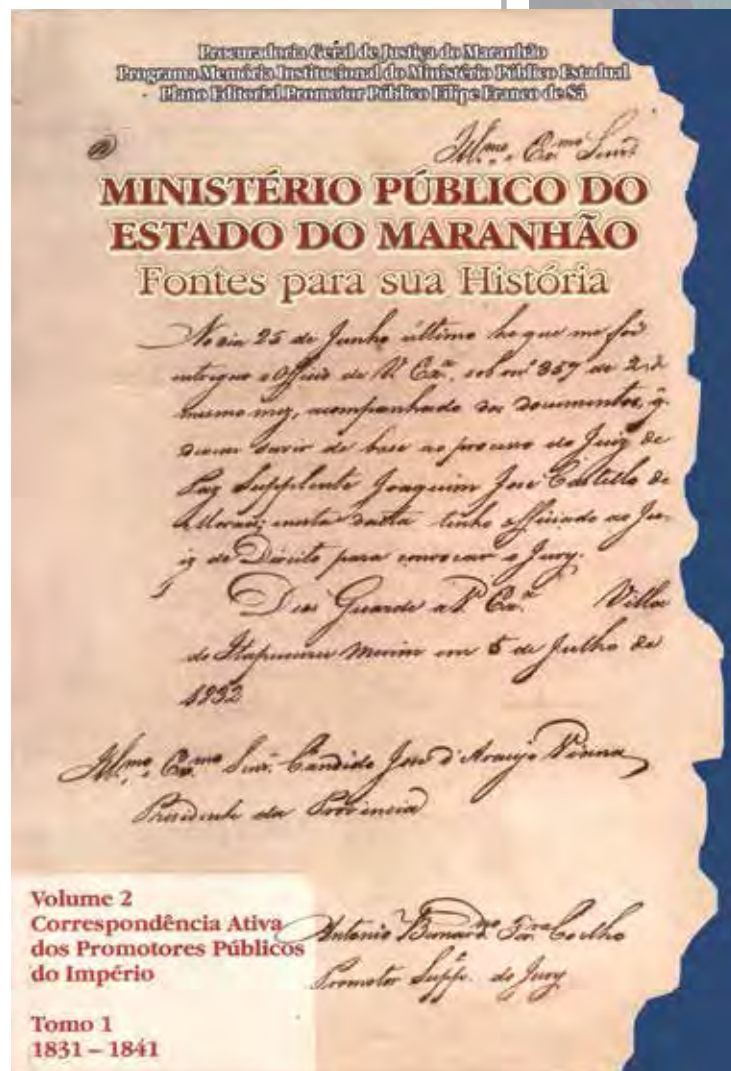
Extrai-se da Apresentação do referido livro:

“Neste tomo 1, que abrange o período de 1831 a 1841, do qual foram transcritos todos os ofícios encontrados no APEM, os primeiros, referentes a 1831–1833, são, na verdade, dos precursores dos promotores públicos, os chamados *promotores do júri*, cidadãos eleitos sob a direção das câmaras municipais para exercer a acusação perante o incipiente tribunal do júri popular, instituído para o processo e julgamento dos crimes de abuso da liberdade de imprensa, conforme decreto de 30 de setembro de 1830. Seguem-se os ofícios do período de 1833 a 1841, em que já

se encontravam atuando os promotores públicos, com função acusatória mais ampla, de acordo com o Código de Processo Criminal do Império, de 1832. Nesses nove anos, sob os influxos de um liberalismo que levou à máxima descentralização político-judiciária concebível para a época, os promotores, assim como os juizes municipais e de órfãos, eram escolhidos pelo Conselho Geral da Província, colegiado com funções legislativa e executiva, dentre listas tríplexes formadas e enviadas pelas câmaras municipais.

Precedendo a transcrição dos referidos documentos históricos, há uma introdução que situa o leitor desde o final da era colonial no Maranhão, descrevendo os órgãos e a prática da justiça de então, até o momento em que se mostrou criado o ambiente para a reação centralizadora do governo imperial brasileiro (1841), destacando, principalmente, a fase em que surgiu o promotor público, assim como seus precursores, o “promotor fiscal” e o “promotor do júri”. Sucedendo-a, há vários anexos, com transcrição de diplomas legais e outros documentos históricos relacionados à Promotoria Pública daquela época, assim como a relação dos promotores do júri e promotores públicos identificados nas correspondências que as câmaras municipais e eles mesmos enviaram para o Presidente da Província, e também nas atas das sessões do Conselho Geral da Província.

Uma das mais importantes informações trazidas por este trabalho, preciosa referência para os membros do Ministério Público de hoje, é o nome do primeiro promotor público do Maranhão (1833), Dr. Francisco Correa Leal, promotor de São Luís, bacharel que se destacara, entre seus jovens pares, no movimento pela Adesão do Maranhão à Independência do Brasil (1822–1823), por cujo destemor chegou a sofrer prisão. Sua biografia, reconstituída a partir de informações fragmentárias contidas em vários documentos antigos e obras da historiografia maranhense, se acha também em anexo, assim como a do importante magistrado e político maranhense Joaquim Marianno Franco de Sá, que – descobriu-se – foi, ainda estudante de Direito, o cidadão mais votado para servir como promotor do júri de Alcântara, sua terra, em 1831.”



ESTADO DO MARANHÃO.
Procuradoria Geral
de Justiça. **Ministério
Público do Estado do
Maranhão: fontes para
sua história. Volume
2: Correspondência
Ativa dos Promotores
Públicos do Império.**
Tomo 1: 1831-1841. São
Luís: PGJ, 2004. 286 p. il.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Fontes para sua História

*Comunicação a' V. Ex.^{ta} Juiz, tendo se amanhado como
se a' fins de ser como membro da offensa da Legis-
lação Provincial, cuja mesa se por a' V. Ex.^{ta} Juiz
na para se aberta no dia 14 de setembro de 1849, me arde
por este motivo impedido para continuar a mesa na
Promotoria da Comarca enquanto estiverem as mi-
ndas funções Legislativas.
Desse Juiz a' V. Ex.^{ta} Maranhão 16 de
Outubro de 1849.*

*Amo 2.º do Commendador Ambrasio Antonio Sousa,
Presidente da Comarca.*

*Antonio José Comar
Comarca de Caxias do Maranhão*

Volume 2
Correspondência Ativa
dos Promotores Públicos
do Império

Tomo 2
• Introdução ao ciclo 1842-1871
• Ofícios de 1842 a 1849

Os tomos 2 e seguintes da *Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império* (até o tomo 16), parte do volume 2 da série *Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história*, contêm a transcrição dos ofícios enviados pelos promotores públicos do Maranhão ao Presidente da Província durante o período de 1842 a 1871, na qual não foram incluídos apenas alguns ofícios de mera comunicação administrativa, sem importância reconhecida.

O tomo 2 iniciou a publicação dos ofícios, transcrição que – precedida de uma introdução para situar o leitor no período histórico enfocado – estende-se até o tomo 15, finalizado com a inserção de anexos que ajudam a compreender o conteúdo da documentação transcrita, desde o tomo 2. O tomo 16 contém o índice onomástico alfabético-remissivo de toda a transcrição referente àquele período de trinta anos do século XIX.¹

Os tomos 2, 3 e 4, datados de 2008, foram efetivamente publicados em dezembro de 2009. Em 2010, vieram a lume os tomos 5 a 16, encerrando a transcrição dos ofícios de 194 promotores públicos identificados, na correspondência para o Presidente da Província, como atuantes no Maranhão durante a fase da reação monárquico-conservadora (1842-1871)² que se seguiu aos primeiros anos de vigência do liberal Código de Processo Criminal de 1832. Esse trabalho constitui manifestação do *Plano Editorial Promotor Público Filipe Franco de Sá* e é resultado da *Política de Conservação e Preservação*

da *Documentação Institucional*, duas linhas de ação do Programa Memória.

O trabalho de transcrição foi realizado entre 2004 e 2008, no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), por historiadoras e estagiárias do Curso de História da Universidade Federal do Maranhão, recrutadas para essa finalidade pela Procuradoria Geral de Justiça. Compreende documentos integrantes da coleção “Correspondências dos Promotores Públicos ao Presidente da Província”, que abrange, na sua totalidade, o período de 1832 a 1890.

Tais documentos, além de dar conta das dificuldades pertinentes à função de promotor público, revelam o cotidiano das diversas comarcas do Maranhão no século XIX, constituindo um rico manancial de informações e dados necessários para a compreensão das relações sociais naquele tempo. O conjunto dos ofícios que os promotores, com seus comunicados, informações, explicações, queixas, felicitações e

¹ A remissão é feita aos 1.656 documentos, isto é, aos ofícios, independentemente dos anexos que tenham, os quais, em determinados casos, se estendem por dezenas de páginas.

² São 3.607 páginas destinadas ao resgate daquela documentação, ao longo de quinze tomos em que foram distribuídas (transcrição, acrescida de introdução, anexos e índice).

até bajulações explícitas, enviaram aos presidentes da Província, de 1842 até o fim do Império, revela de tudo um pouco.

A reforma do Código de Processo Criminal de 1832, pela lei de 3 de dezembro de 1841, com seu Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842, retirou das câmaras municipais o poder de formar a lista tríplice da qual seria nomeado o promotor público do respectivo termo judiciário. Na verdade, deixou de existir lista tríplice, bem como a exigência de um promotor para cada termo. Fiel ao desiderato de esvaziamento do poder do agente político local, eleito pelos seus concidadãos, a reforma ditou novas normas para investidura no cargo de promotor e seu exercício: submissão desses agentes da justiça ao exclusivo poder dos presidentes das províncias, os quais passaram a nomeá-los dentre bacharéis em Direito (no máximo dois por comarca); e abertura da possibilidade de sua submissão até aos juízes de direito, que podiam nomeá-los em caráter interino. Inaugurava-se para o ofício do Ministério Público uma fase de instabilidade que somente um século depois começaria a ser debelada.

De qualquer modo, o reacionarismo representado pela reforma de 1841-1842, com a hipertrofia do aparelho policial, cujas autoridades detinham atribuições de natureza judicial, sobrepondo-se ao ofício de promotoria pública, durou somente até 1871. São exatamente do ano seguinte em diante, até o final do Império, os ofícios dos promotores públicos (tomos 17 e seguintes) relativos ao último ciclo da história ministerial na época do Brasil monárquico.

Nos aludidos tomos 2 a 15, destacam-se: a problemática da escravidão; as lutas políticas, de âmbito geral ou local; as relações institucionais (ou o simulacro disso, haja vista a invasão do particular sobre o público a todo momento); as circunstâncias das demissões dos promotores sob motivação política, assim como a reação dos demitidos; a criminalidade (inclusive violência contra mulheres e crianças); a aplicação dos primeiros códigos criminal e de processo criminal brasileiros pelo Maranhão adentro; questões relativas ao exercício da religião; abusos de poder, tráfico de influência, troca de favores etc.

No tocante à escravidão, vale destacar o registro da primeira investida criminoso apurada em processo judicial de uma personagem que, na sequência dos tomos da Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império, ganha relevo quando abordado o período de fins dos anos 1870. Trata-se de D. Ana Rosa Viana Ribeiro, a futura Baronesa de Grajaú, já acusada em 1858, pelo Promotor Público da Capital, Antonio de Brito Sousa Gayoso, do homicídio de uma escrava – acusação que se repetiria, mas tendo como vítima um menino, em fins de 1876, mediante a qual, diferentemente do primeiro caso, objeto de impronúncia da ré, seria esta levada a julgamento pelo júri popular, mercê da atuação do promotor Celso Magalhães, hoje, por isso, Patrono do Ministério Público Estadual.

Quanto ao problema das demissões políticas de promotores públicos (fatos que perdurariam até meados do último quartel do século XX, a ponto de caracterizarem a história do Ministério Público Estadual até então, haja vista que a Instituição contava com promotores nomeados precariamente, sem prévia aprovação em concurso público), os episódios mais importantes registrados no período foram os referentes aos promotores Cândido Mendes de Almeida (demitido sumariamente em 1842) e Felipe Franco de Sá (obrigado a pedir exoneração em 1868), este sob pressão do ministro da justiça José de Alencar [então já famoso como o romancista de *O Guarani* (1857) e de *Iracema* (1865), entre outras obras], alegando que o Promotor não recorrera da sentença absolutória de determinados réus, acusados do crime de introdução de cédulas falsas.

Vários documentos oferecem, ainda, uma contribuição para que passem a ser vistos com outro olhar, menos mítico, a partir do que deles disseram seus contemporâneos, alguns personagens hoje tidos como vultos históricos. Muito importantes também são as atitudes pioneiras de alguns promotores públicos, como João Pedro Dias Vieira, que, insurgindo-se contra o aviltamento da Promotoria Pública pela autoridade policial, manifesta-se em defesa da dignidade do cargo de promotor. Igualmente importantes são as referências que alguns promotores públicos já fazem ao seu ofício, desde 1856, pelo menos, como “ministério público” – o que ganha relevo quando se verifica que a expressão Ministério Público apareceria pela primeira vez em um texto legal brasileiro somente no Regulamento das Relações do Império de 1874.

Por fim, os nomes dos 194 promotores identificados na correspondência entre 1842 e 1871 – jovens “bem nascidos” ou bem formados; e pessoas que, embora sem essas credenciais, já detinham parte do poder no interior da Província – põem em destaque qual a “utilidade” do cargo de promotor naquele tempo: calhava à necessidade de uma espécie de estágio para a futura ocupação de funções então consideradas mais nobres pela sociedade ou era um instrumento de puro mandonismo paroquial.

Por tudo isso, conclui-se: mais que a mera exposição de documentos antigos em livros, a coleção *Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império* é um convite implícito para que o leitor, independentemente de sua área de atuação, proceda a uma análise crítica do passado, para a compreensão dos problemas do Brasil e do Maranhão atuais e uma conseqüente tentativa de mudança para melhor.

Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão
Programa Memória Institucional do Ministério Público Estadual
Plano Editorial Promotor Público Felipe Franco de Sá

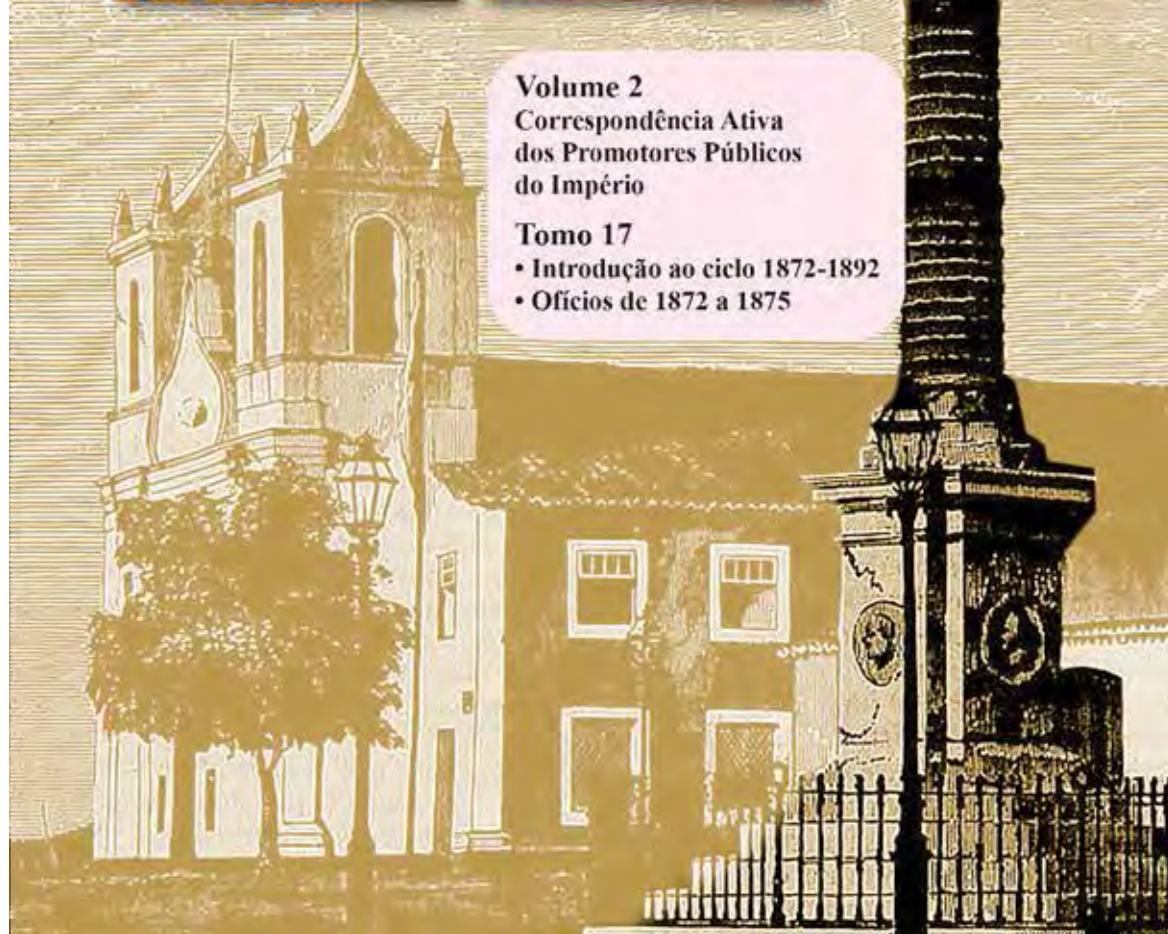
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Fontes para sua História



Volume 2
Correspondência Ativa
dos Promotores Públicos
do Império

Tomo 17
• Introdução ao ciclo 1872-1892
• Ofícios de 1872 a 1875



ESTADO DO MARANHÃO.
Procuradoria Geral
de Justiça. Ministério
Público do Estado do
Maranhão: fontes para
sua história. *Volume*
2: Correspondência
Ativa dos Promotores
Públicos do Império.
Tomos 17 a 24: 1872-1892.
São Luís: PGJ, 2019. 4.100
p. il. (8 livros)

Os tomos 17 e seguintes da *Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império* (que é concluída no tomo 24) são a parte final do volume 2 da série *Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história*. Esse trabalho constitui manifestação do *Plano Editorial Promotor Público Felipe Franco de Sá* e é resultado da *Política de Conservação e Preservação da Documentação Institucional*, duas linhas de ação do Programa Memória.

O lançamento desses últimos tomos ocorre agora, dezembro de 2019, em evento alusivo ao Dia Nacional do Ministério Público, realizado no Centro Cultural e Administrativo do MPMA (Edifício Dra. Aurora Correia Lima Félix), onde também está localizado o Memorial do Ministério Público.

Os livros contêm a transcrição dos ofícios enviados pelos promotores públicos do Maranhão ao Presidente da Província (Império) e aos primeiros governos republicanos durante o período de 1872 a 1892, subsequente ao reacionarismo representado pela reforma processual criminal de 1841-1842, com a hipertrofia do aparelho policial, cujas autoridades detinham atribuições de natureza judicial, sobrepondo-se ao ofício de promotoria pública, fase que durou até 1871.

Nesse ano, separou-se por lei, efetivamente, polícia e justiça, ficando vedadas às autoridades policiais a formação da culpa e a pronúncia dos delinquentes, ponto importante da legislação anterior, e foi criado o inquérito policial, sob o comando de chefes, delegados e subdelegados de polícia, entre outras disposições, como a instituição do Adjunto de Promotor e a atribuição de poder ao Juiz de Direito para indicar nomes de candidatos à respectiva nomeação pelo Presidente da Província (podendo o magistrado persistir, como já lhe era permitido, nomeando promotor público interino e promotor *ad-hoc* – consolidação de uma prática que somente seria extirpada do ordenamento jurídico nacional no final do século XX).

De 1872 a 1892, quando, proclamada a República, passou a vigor a primeira Constituição Estadual do Maranhão, exerceram o ofício de promotor público no Maranhão, tanto quanto revelou a pesquisa encetada no âmbito do Programa *Memória Institucional do Ministério Público Estadual*, os cidadãos identificados na correspondência que enviaram ao Governo, hoje pertencente ao acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), conforme consta do Anexo C desta obra, indicando, ano após ano, os ocupantes do cargo e as respectivas comarcas. São nomes – citando alguns notáveis – como os de Barbosa de Godois, Benedito Leite, Celso Magalhães, Clóvis Beviláqua, Dunshee de Abranches, Graça Aranha e Urbano Santos, entre outros.

Como nas edições referentes aos períodos anteriores da série (1831-1841 e 1842-1871), o tomo 17 iniciou a publicação dos ofícios depois de uma introdução para situar o leitor no período histórico enfocado. A série é finalizada com a inserção de anexos que ajudam a compreender o conteúdo da documentação transcrita, bem como de um índice onomástico alfabético-remissivo de toda a transcrição referente àquele período de vinte anos do século XIX.

O trabalho de transcrição foi realizado, entre 2008 e 2016, no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, com o necessário vagar e dada a limitação numérica do pessoal empregado na atividade – historiadora e estagiários do Curso de História da Universidade Federal do Maranhão, recrutados para essa finalidade pela Procuradoria Geral de Justiça.

A correspondência transcrita abrange 1.619 ofícios e seus respectivos anexos, final da sequência, iniciada nos anos 1830, de um rico manancial de informações e dados necessários para entender as relações sociais no Maranhão durante o século XIX.

Compreendem desde meros comunicados atinentes à vida funcional e à atuação oficial do remetente até o relato de importantes fatos locais consequentes a grandes acontecimentos nacionais, passando pela abordagem de situações cotidianas da comarca, sem excluir crimes que marcaram época, como o homicídio praticado na Capital pelo desembargador Pontes Visgueiro (1873); comoção e júbilo causados pelas notícias da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República; resistência à libertação dos escravos etc.

São momentos cruciais na história do Brasil e importantes para a história do Ministério Público, notadamente pela maneira como então se portaram os promotores públicos.

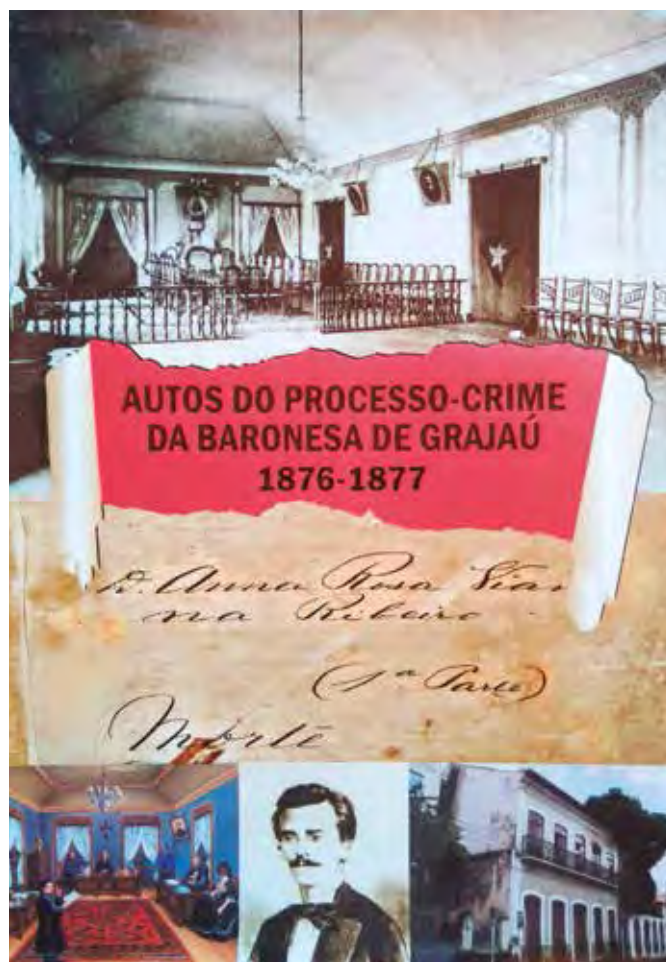
Esta obra, lançada em 14.12.2009, Dia Nacional do Ministério Público, tornou possível aos pesquisadores o estudo de valioso documento do Maranhão oitocentista, os autos do processo-crime movido pela Promotoria Pública da Capital, no ano de 1876, contra Anna Rosa Vianna Ribeiro, importante dama da sociedade local (Baronesa de Grajaú a partir de 1884), acusada como mandante do homicídio de uma criança escrava de sua “propriedade”, fato ocorrido a 13 de novembro daquele ano.

No processo, a ré foi impronunciada, mas a decisão, objeto de recurso do promotor público Celso Magalhães, acabou reformada pelo Tribunal da Relação, a corte de justiça provincial da época. Presa no dia 13 de fevereiro de 1877, por causa da pronúncia em segundo grau de jurisdição, e imediatamente libelada por Celso Magalhães (que antes já havia pedido a prisão), a ré foi julgada pelo Júri no dia 22 seguinte, quando obteve absolvição, apesar da acusação sustentada por aquele jovem promotor. Ao novo recurso do mesmo promotor, apelando do veredicto absolutório, não deu o Tribunal, todavia, provimento.

O processo e sua repercussão constituem página eloquente da história da luta abolicionista. Como represália por sua atuação destemida (pois Anna Rosa Vianna Ribeiro, tida como cruel senhora de escravos, nunca sentara no banco dos réus), Celso Magalhães foi demitido injustamente da Promotoria em 1878, “a bem do serviço público”, por Carlos Ribeiro, marido da ré que assomara à Presidência da Província. Pouco tempo depois, o ex-Promotor faleceria (1879).

Atento à importância daquele ilustre bacharel do século XIX, o Ministério Público Estadual o fez seu patrono. Sem dúvida, portanto, a instituição mais interessada na preservação da memória daqueles importantes

MARANHÃO.
Procuradoria Geral
de Justiça. **Ministério
Público do Estado
do Maranhão: fontes
para sua história.**
Edição especial. *Autos
do processo-crime da
Baronesa de Grajaú:*
1876-1877. São Luís:
PGJ, 2009. 694 p. il.



Autos originais do Processo da Baronesa

Sobrecapa

“Quero empenhar aos responsáveis pela primorosa edição (...) o meu reconhecimento, como cidadão e como historiador do Maranhão, por terem divulgado esse processo, verdadeiro microcosmo dos tempos que precederam a Proclamação da República – os confrontos e os múltiplos jogos de interesse entre abolicionistas e antiabolicionistas, monarquistas e republicanos, liberais e conservadores (...). Meus votos são, pois, que a pesquisa arquivológica empreendida pela ilustre Comissão dê à estampa outros mais processos de paralela relevância.”

(MILTON TORRES, diplomata e historiador, em depoimento colhido por Jomar Moraes e republicado no Informativo MP Memória nº 5/6, dez.2010, p. 5)

fatos históricos é o Ministério Público, vez que, diretamente envolvido em tais episódios, deles emergiu deveras enaltecido.

Impunha-se, por isso, à Instituição manter a guarda e conservação de tudo quanto lhes dissesse respeito, especialmente dos autos do processo criminal, expondo-os, em réplica, no seu Memorial e, após transcrição e digitalização, disponibilizando-os para o potencial conhecimento de todos – como hoje estão.

A introdução à leitura do processo contém um breve relato biográfico sobre Celso Magalhães, embora destacando-o como Promotor Público da Capital, notadamente em sua atuação como acusador da aristocrática Anna Rosa Vianna Ribeiro, e procurando mostrar os desdobramentos dos seus atos em tal mister.

Aos pesquisadores, o Ministério Público, assim, enquanto prestava uma valiosa colaboração, delegou o encargo de esquadriñar e interpretar, com o nível de profundidade exigido, o Processo da Baronesa, não somente como manifestação dos operadores do Direito na última quadra do século XIX, mas também como revelador de importantes aspectos da vida pública e das relações sociais na vida privada da São Luís do final do Império, em uma perspectiva multidisciplinar, que interessará aos campos do Direito Penal, da Criminologia, da Antropologia, da Sociologia e da História.

Contudo, a homenagem-síntese é a todos os que, no passado distante ou em dias mais recentes, lutaram contra as injustiças, em prol dos direitos humanos e pela construção de um mundo melhor, onde ganhe relevo um Ministério Público defensor do cidadão, da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, como preceitua a atual Constituição da República Federativa do Brasil.



Autos originais do Processo da Baronesa

Capa

Publicação “de altíssimo padrão gráfico e conteudístico. A providência de reproduzir, com todas as cautelas e prescrições técnicas, o chamado Processo da Baronesa, em sua integralidade, representou a iniciativa mais louvável e importante do gênero entre nós. (...) Edições como a que estamos comentando iluminam nosso passado, servindo de fonte fidedigna para o melhor conhecimento de nossa história. Merecem os mais entusiásticos louvores. Palmas, palmas para essa louvável iniciativa de nosso Ministério Público.”

(JOMAR MORAES, escritor e membro da Academia Maranhense de Letras, em entrevista publicada no Informativo MP Memória nº 5/6, dez.2010, p. 3)

MP *Memória*



Edição comemorativa do lançamento
do Programa Memória Institucional
do Ministério Público do Estado do Maranhão

ESTADO DO MARANHÃO.
Procuradoria Geral de
Justiça. **MP Memória:**
edição comemorativa do
lançamento do Programa
Memória Institucional
do Ministério Público do
Estado do Maranhão.
São Luís: PGJ, 2004.
56 p. il.

Esta publicação sob a forma de caderno, intitulado *MP Memória*, foi realizada em comemoração ao lançamento oficial do Programa *Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão*, evento ocorrido em dezembro de 2004.

Contém, essencialmente: entrevista com Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho, Procurador-Geral de Justiça que instituiu o Programa; a reprodução do seu ato de criação (Resolução Nº 04/2004-CPMP/MA); um longo capítulo sobre Celso Magalhães, Patrono do MPMA, e sua importância para o Maranhão; capítulos sobre as linhas de ação do Programa tal como foi criado – Concurso de Monografias, Plano Editorial, Política Documental e Memorial, este retratado em várias páginas; e retrato do MPMA naquele momento, dado por um texto do então Secretário para Assuntos Institucionais, promotor de justiça Marcio Thadeu Silva Marques, bem como pelas listas de membros da Administração Superior e da Instituição como um todo.

Sua capa dupla mostra, na face externa da dobra e no verso, fotos dos prédios onde funcionou, desde o século XIX, e funcionava, em 2004, o Ministério Público Estadual na Capital, às quais foram agregadas reproduções de gravura e de fotos de São Luís-MA em três momentos da sua história: 1864, 1954 e 2004. Na contracapa (verso), há fotos das fachadas de alguns vistosos prédios próprios do MPMA no interior do Estado, sedes de Promotorias de Justiça, no ano de 2004.

Trata-se de publicação que foi muito elogiada e desejada por todos quantos a folhearam, um dos fatores que a fizeram merecedora de reedição.

Esgotada a edição do caderno *MP Memória* comemorativa do lançamento oficial do Programa *Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão* em dezembro de 2004, concluiu-se que a obra merecia reedição. A conclusão logo evoluiu para a constatação da necessidade de um veículo de divulgação permanente do Programa, a ser reeditado, com atualizações, sempre que a anterior edição se esgote.

Assim veio a lume a primeira edição do referido veículo do Programa Memória, em versão ampliada e atualizada do primitivo *MP Memória*, para o goáudio dos consulentes de suas publicações e dos visitantes do seu Memorial.

O conteúdo desta publicação trouxe três novidades propriamente ditas, considerando o conteúdo da edição piloto: a) uma introdução que situa o leitor no tocante a origem, objetivos, essência e ações do Programa; b) um capítulo em homenagem aos promotores pioneiros do Maranhão – Promotores do Júri e Promotores Públicos do Império –, destacando a trajetória do mais ilustre dentre os primeiros, Joaquim Mariano Franco de Sá, e do primeiro dos promotores públicos do Maranhão, Francisco Correa Leal,

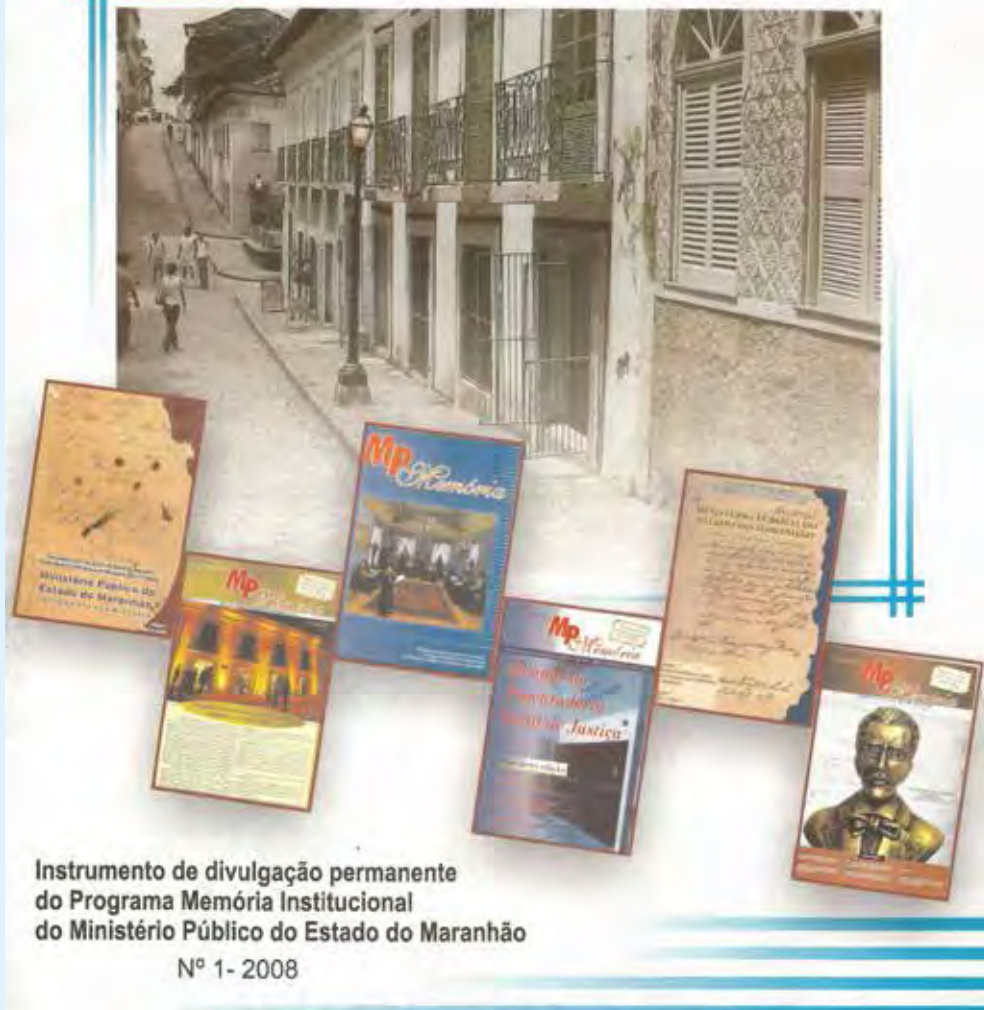
ambos bacharéis em Direito (o que não era requisito para assumir o cargo até 1841), formados, respectivamente, pela Faculdade de Direito de Olinda e pela Universidade de Coimbra; e c) textos sobre a origem da Procuradoria Geral de Justiça e da Corregedoria Geral do Ministério Público, incluídos após as galerias dos seus respectivos titulares, no capítulo sobre o Memorial do Ministério Público.

Dignas de nota também são as entrevistas com a então Procuradora-Geral de Justiça e com o seu antecessor, as quais, somadas à do Procurador-Geral que instituiu o Programa Memória, cuja parte principal, extraída do primitivo *MP Memória*, foi reproduzida nesta edição, fornecem uma boa ideia da importância do Programa já àquela época, sob a ótica dos chefes do Ministério Público, para a Instituição e a sociedade.

Exceto a face externa da capa (capa propriamente dita), que estampa outras imagens, foi mantida a forma e, em linhas gerais, a arte da capa dupla e da contracapa: mostrando fotos dos prédios onde funcionou, desde o século XIX, e funcionava, em 2008, o Ministério Público Estadual, com reproduções de gravura e de fotos de São Luís-MA nos três diferentes momentos da sua história já retratados na edição de 2004.

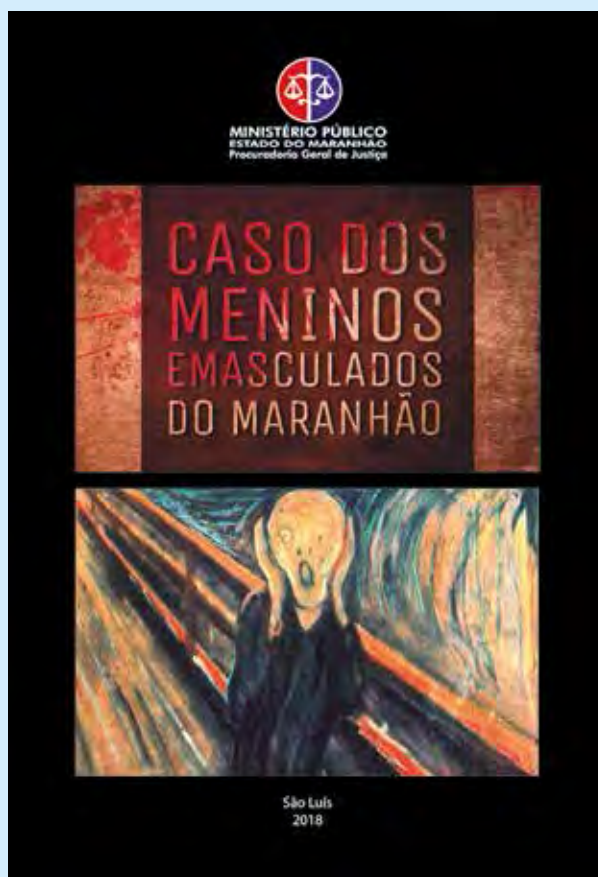
Além disso, houve ampliação dos capítulos da publicação original e a atualização dos dados e informações neles contidos.

MP Memória



ESTADO DO MARANHÃO.
Procuradoria Geral de
Justiça. **MP Memória:**
instrumento de
divulgação permanente
do Programa Memória
Institucional do
Ministério Público do
Estado do Maranhão.
Nº 1. São Luís: PGJ, 2008.
60 p. il.

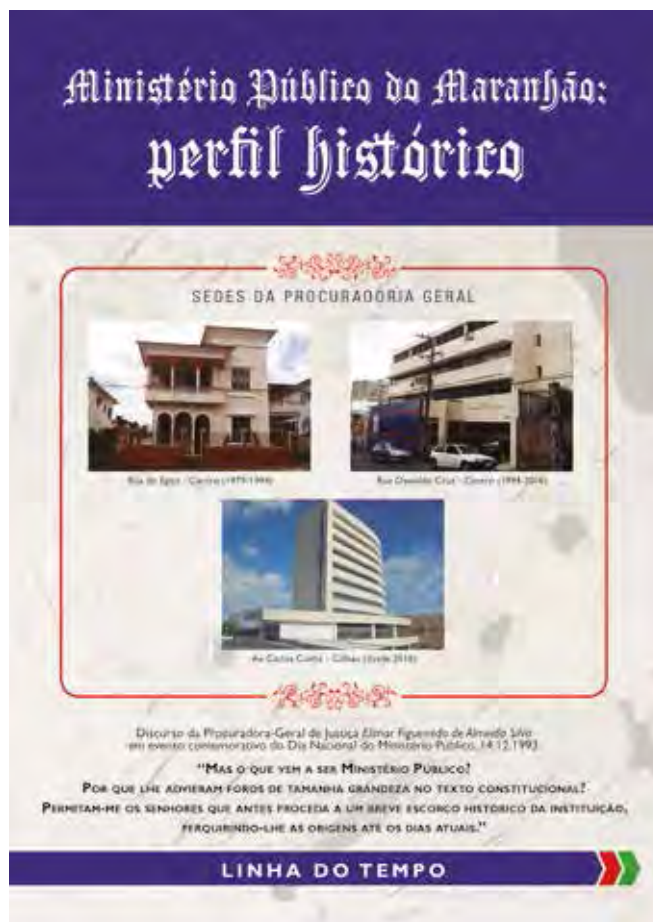
MARANHÃO.
Procuradoria Geral
de Justiça. Programa
Memória Institucional
do Ministério Público
Estadual. *Caso dos
Meninos Emascu-
lados do Maranhão*. São Luís:
PGJ, 2018. 211 p. il.



Lançada em 18 de maio de 2018, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, durante a programação da Jornada de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes realizada no auditório da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, esta obra é referente à apuração de uma série de crimes de homicídio contra 28 crianças e adolescentes, ocorridos no Maranhão na década de 1990 e nos primeiros anos do atual século.

Contém o relatório final da investigação, lavrado pela promotora de justiça Geraulides Mendonça Castro, o Laudo do Estudo Analítico e Geográfico dos Crimes, produzido pelo ICRIM/MA, o Acordo de Solução Amistosa aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, além de texto de apresentação, assinado pelo coordenador da Comissão Gestora do Programa Memória, Teodoro Perez Neto; artigo do advogado Sálvio Dino de Castro e Costa Júnior; e do procurador-geral de justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho.

MARANHÃO.
Procuradoria Geral
de Justiça. Programa
Memória Institucional
do MPMA. *Ministério
Público do Maranhão:
perfil histórico*. São
Luís: PGJ, 2019. 16 p. il.



Esta é a versão em forma de caderno do painel mural da Linha do Tempo da História do MPMA, carro-chefe da visitação no espaço multimídia do Memorial do Ministério Público.

O painel retrata 400 anos de história, resenhados em uma área de 8 metros de comprimento por 1,5 metro de largura, fartamente ilustrada, com associação dos períodos da história ministerial maranhense às respectivas etapas das histórias estadual e nacional.

A versão impressa da Linha do Tempo começou a circular em 11.10.2019, dia da inauguração da Feira do Livro de São Luís, em que o MPMA se fez presente com um *stand* e mediante apresentação de palestras e mesas redondas, entre outras participações.

A publicação exhibe um apanhado da história institucional desde 1619, quando criada a Ouvidoria do Maranhão pela Coroa Portuguesa, época colonial em que as funções de investigar, acusar e julgar concentravam-se em um só agente do Rei, encerrando-se com descrição dos fatos mais importantes do ano de 2018.

Acesse o conteúdo:



Informativo MP Memória nº 1, dez.2005

Apresenta o Programa Memória e suas publicações até então; faz o registro (fotorreportagem) da inauguração do Memorial, um ano antes; reproduz o discurso de Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho, Procurador-Geral de Justiça que o implantou; registra aspectos da visitação ao Memorial no seu primeiro ano de funcionamento, o incremento da Galeria dos ex-Corregedores-Gerais do MPMA exposta no local, a necessidade de ajustes para o Concurso de Monografias; e reproduz, transcrito e com ilustrações, um importante relatório da chefia do MP em 1955, retratando a Instituição 50 anos antes.



Informativo MP Memória nº 2/3, maio.2008

Registra informações importante obtidas em entrevista com o ex-procurador-geral de justiça Esmaragdo de Sousa e Silva, primeiro a exercer esse cargo e responsável pela criação da chefia própria do MPMA; estampa entrevista com Dr.Francisco das Chagas Barros de Sousa, então Procurador-Geral de Justiça; registra a nomeação da nova PGJ, Dra. Fátima Travassos, aspectos da visitação ao Memorial até então e o incremento da Galeria dos ex-Corregedores-Gerais do MPMA exposta no local; informa sobre a continuação da pesquisa para a sequência das publicações do Programa Memória, bem como a posse de novos procuradores de justiça, desde 2006; e reproduz, transcrito e com ilustrações, documentos atinentes à injusta exoneração do Promotor Público de Rosário, Newton Bello, ao processo judicial que em torno do caso se seguiu e à sua reintegração ao cargo.



Informativo MP Memória nº 4, dez.2008

Anuncia a importante concessão feita pelo Governo do Estado, para guarda e conservação pelo Memorial, do Processo da Baronesa; estampa entrevista com Dra. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, então Procuradora-Geral de Justiça; declara metas do Programa Memória para 2009; registra a sequência das publicações do Programa Memória em 2008; informa sobre o funcionamento do Memorial até então; homenageia, com texto biográfico, o procurador de justiça Reinaldo Campos Castro, ex-coordenador do Programa; registra a posse da nova PGJ, a nova composição da Comissão Gestora do Programa e o incremento da Galeria dos ex-Procuradores-Gerais de Justiça exposta no Memorial.



Informativo MP Memória nº 5/6, dez.2010

Notícia, essencialmente, as importantíssimas publicações feitas em 2009 e 2010: transcrição dos *Autos do Processo-crime da Baronesa de Grajaú* em edição de luxo e da *Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império* até 1872, com elucidativos e elogiosos textos a respeito, inclusive registrando que o Processo da Baronesa já se encontrava sob a guarda do MPMA; presta homenagem a procuradores de justiça recém-aposentados e recém-empossados; informa sobre o funcionamento do Memorial até então; e registra a posse da PGJ Fátima Travassos para um novo mandato bienal.

ESTADO DO MARANHÃO.
Procuradoria Geral de Justiça. Informativo MP Memória. Ano 1 - Nº 1. São Luís, Maranhão - Dezembro de 2005. 14 p. il.

ESTADO DO MARANHÃO.
Procuradoria Geral de Justiça. Informativo MP Memória. Ano 2/3 - Nº 2/3. São Luís, Maranhão - Maio de 2008. 12 p. il.

ESTADO DO MARANHÃO.
Procuradoria Geral de Justiça. Informativo MP Memória. Ano 4 - Nº 4. São Luís, Maranhão - Dezembro de 2008. 12 p. il.

ESTADO DO MARANHÃO.
Procuradoria Geral de Justiça. Informativo MP Memória. Ano 5/6 - Nº 5/6. São Luís, Maranhão - Dezembro de 2010. 12 p. il.

ESTADO DO MARANHÃO.
Procuradoria Geral de Justiça. Informativo **MP Memória**. Ano 7/13 - Nº 7/13. São Luís, Maranhão - Maio de 2017. 12 p. il.

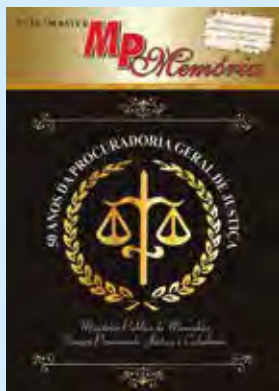
ESTADO DO MARANHÃO.
Procuradoria Geral de Justiça. Informativo **MP Memória**. Ano 14 - Nº 14. São Luís, Maranhão - Dezembro de 2018. 12 p. il.

ESTADO DO MARANHÃO.
Procuradoria Geral de Justiça. Informativo **MP Memória**. Edição Especial. São Luís, Maranhão - 15 de maio de 2006. 4 p. il.

ESTADO DO MARANHÃO.
Procuradoria Geral de Justiça. Informativo **MP Memória**. Edição Especial. São Luís, Maranhão - Maio de 2019. 12 p. il.

Informativo MP Memória nº 7/13, maio.2017

Registra o cinquentenário da Procuradoria Geral de Justiça; estampa entrevista com os procuradores-gerais de justiça atual, Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, e anterior, Dra. Regina Lúcia de Almeida Rocha; informa sobre o cuidado do MPMA com os autos do Processo da Baronesa desde que passou a ter a sua guarda e sobre a continuação da pesquisa para a sequência das publicações do Programa Memória; noticia a reinauguração do Memorial em novo endereço, com acréscimo da Galeria das Mulheres Pioneiras do MPMA, ocorrida em 2013, bem como a visita que se sucedeu; registra a participação de membro e servidoras ligados ao Programa Memória em eventos alusivos ao tema, de âmbito nacional, assim como a inauguração da nova sede da PGJ, em 2016, e a posse de novos procuradores de justiça, em 2013 e 2015.



Informativo MP Memória nº 14, dez.2018

Homenageia os três procuradores de justiça falecidos em 2017; informa sobre o início das atividades da nova linha de ação do Programa Memória, a *História Oral*, tendo sido entrevistados, até então, 13 membros aposentados do MP e ex-procuradores-gerais de justiça; registra a inauguração da Galeria dos 50 Anos da PGJ, a posse de nova procuradora de justiça, o lançamento do livro sobre o Caso dos Meninos Emascarados do Maranhão e a posse da Ouvidora-Geral do MPMA na presidência do Conselho Nacional de Ouvidores Gerais (CNOMP); e finalmente noticia a reinstalação do Memorial, agora no Centro Cultural e Administrativo do MPMA.



Informativo MP Memória, edição especial, maio.2006

Comemora os 40 Anos da Procuradoria Geral de Justiça, já estando em curso o 40º ano quando publicado o informativo, que oferece um registro pormenorizado das razões e das circunstâncias em que se deu a criação da chefia própria e independente do MPMA, em 1967.



Informativo MP Memória, edição especial, maio.2019

Notícia, em fotorreportagem, as mais importantes inaugurações realizadas pelo MPMA em 2018: a sede reformada das Promotorias de Justiça da Capital (março), denominada de Edifício Promotor Celso Magalhães; e o Centro Cultural e Administrativo do MPMA (dezembro), onde até 2016 funcionara a Procuradoria Geral de Justiça, prédio agora denominado de Edifício Dra. Aurora Correia Lima Félix, que passou a sediar, além do Centro Cultural, o Memorial, a Escola Superior, os Centros de Apoio Operacional, 23 Promotorias de Justiça especializadas e, em cortesia, órgãos parceiros; abre espaço para registros especiais, com resgate histórico da trajetória do Memorial, reinstalado após remodelação e ampliação, e da Escola Superior, também reinstalada em espaço próprio e condizente com suas necessidades e planos.

Memorial



*Memorial do MPMA em sua primeira localização
(inaugurado em dezembro de 2004)*



*Memorial do MPMA em imóvel locado,
onde foi reinaugurado em agosto de 2013*



Instalações atuais do Memorial do MPMA, remodelado e ampliado, no Centro Cultural e Administrativo desde 2018

RUA DO GIZ, PRAIA GRANDE

Instalado em espaço obtido pelo Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho, junto à Gerência de Estado da Região Metropolitana de São Luís, ainda no ano de 2003 (duas salas do térreo de um prédio histórico localizado na Rua do Giz, no Centro Histórico de São Luís do Maranhão, área tombada pela UNESCO como patrimônio da humanidade), o Memorial do Ministério Público foi montado por uma equipe chefiada pela museóloga Josimar Pereira, diretora do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, de acordo com as diretrizes traçadas pela Comissão Gestora do Programa Memória e após o trabalho de adequação do espaço pelo setor de engenharia da Procuradoria Geral de Justiça.

O Memorial exibiu, desde a inauguração, os seguintes itens, a maioria já prevista na resolução instituidora do Programa: busto do promotor público Celso Magalhães (1849-1979), Patrono do Ministério Público Estadual (confeção confiada ao escultor Eduardo Sereno, indicado pela equipe do Museu, de acordo com gravura da época do falecimento do homenageado); réplica do gabinete do Procurador-Geral do Estado nos anos 1930, então chefe da Instituição (trabalho confiado ao restaurador Flávio Sérgio V. Ferreira, indicado pela mesma equipe, de acordo com documento localizado no arquivo da PGJ); vestes talares dos membros do MP; pintura representando o julgamento da Baronesa de Grajaú pelo Tribunal do Júri de São Luís, em que atuou Celso Magalhães, de acordo com informações colhidas no processo-crime e inspirada na reconstituição



AS TRÊS PRIMEIRAS FOTOS REPRATAM ASPECTOS DA INAUGURAÇÃO DO MEMORIAL : DISCURSO DO PROCURADOR - GERAL DE JUSTIÇA, DESENLACE DA FITA DE INAUGURAÇÃO POR AUTORIDADES, CONTEMPLAÇÃO DAS GALERIAS.

ASPECTOS DE DIVERSAS VISITAS AO MEMORIAL

literária do fato, constante no romance *Os tambores de São Luís*, de Josué Montello (trabalho confiado ao pintor Luís Moraes, também indicado pela equipe do Museu); reprodução de vários documentos importantes para a história do Ministério Público Estadual, pertencentes ao Arquivo Público do Estado e ao arquivo da própria PGJ; Galeria dos ex-Procuradores-Gerais de Justiça (1967 a 2004); Galeria dos ex-Corregedores-Gerais do Ministério Público (1973 a 2004); e placa com a relação de todos os procuradores-gerais do estado no período de 1891 a 1967, então chefes do MP. Os três últimos trabalhos tomaram como referência o livro *Marcos Legais*, primeiro da série “Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história”, publicado em 2003.

O Memorial do Ministério Público foi montado com recursos próprios da PGJ e com recursos oriundos de patrocínio da Companhia Vale do Rio Doce. A inauguração do espaço ocorreu em 14 de dezembro de 2004, Dia Nacional do Ministério Público. Na ocasião, assumiu a coordenação do Memorial a administradora Joana Araújo, servidora pública estadual cedida pelo Poder Executivo para tal finalidade. Posteriormente, passou a contar com o trabalho da bibliotecária Édula Maria Marçal Lima, igualmente cedida pelo Governo do Estado.

Lamentavelmente, foi desativado em 3 de setembro de 2010, haja vista a rápida deterioração estrutural do local onde se dera sua instalação.

ESTATÍSTICA DE VISITAÇÃO 2004-2010	
De 14/12 a 31/12/2004	128 pessoas
Em 2005	1.164 pessoas
Em 2006	1.316 pessoas
Em 2007	1.596 pessoas
De 01jan. a 20nov.2008	2.694 pessoas
De 21nov.2008 a 31dez.2009	3.024 pessoas
Em 2010 (até 02set)	1.420 pessoas
Total	11.342 pessoas



ASPECTOS DE DIVERSAS VISITAS AO MEMORIAL

FONTES:

ESTADO DO MARANHÃO. Procuradoria Geral de Justiça. **MP Memória**: instrumento de divulgação permanente do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão. Nº 1. São Luís: PGJ, 2008. p 34-39.

ESTADO DO MARANHÃO. Procuradoria Geral de Justiça. **Informativo MP Memória**. Ano 5/6 - Nº 5/6. São Luís, Maranhão - Dezembro de 2010. p.10.

RUA NEWTON PRADO ("MONTANHA RUSSA")

A procuradora-geral de justiça Regina Lúcia de Almeida Rocha, manifestando o seu compromisso com a preservação da história da instituição que então chefiava, inaugurou a nova sede do Memorial do Ministério Público do Maranhão em 9 de agosto de 2013, instalando-o em um prédio alugado de dois pavimentos sito na Rua Newton Prado ("Montanha Russa"), nº 53, no centro de São Luís.

O Memorial ocupava o andar térreo (no superior ficava uma das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital), adaptado para sediar esse espaço museológico mediante projeto desenvolvido pela *designer* de interiores Dulce Serra Moreira, servidora da Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura da Procuradoria Geral de Justiça.

Da solenidade participaram promotores e procuradores de justiça, inclusive aposentados, desembargadores, secretários estaduais e servidores do Ministério Público. Da sacada do prédio e do topo da escada interior, o ator Domingos Tourinho leu trechos do histórico processo em que o promotor público Celso Magalhães, Patrono do MPMA, acusou a Baronesa de Grajaú pelo assassinato do menino escravo Inocêncio (1876/1877). Ele leu, ainda, fragmentos de obras literárias de Celso Magalhães. O artista plástico Rogério Berredo participou da programação caracterizado como o Patrono do Ministério Público.

"Resguardar a nossa memória institucional é fundamental para esta e para as próximas gerações. A preservação das relíquias que aqui estão ajudam não só a recontar a nossa história, mas também nos faz refletir sobre a importância e a grandeza de nossa missão social, tendo como inspiração nossos antepassados que a exerceram com bravura e nos servem de exemplos a serem seguidos", disse Regina Rocha. Ao final, ela



ESTATÍSTICA DE VISITAÇÃO 2013-2018	
2013 (ago. a dez.)	312 pessoas
2014	452 pessoas
2015	479 pessoas
2016	487 pessoas
2017 (exceto abr. e set.)	289 pessoas
2018 (exceto fev., ago., nov. e dez.)	313 pessoas
Total	2.332 pessoas



ASPECTOS DA
INAUGURAÇÃO
DO MEMORIAL:
DISCURSO DA
PROCURADORA
- GERAL DE JUSTIÇA,
DESENLACE DA FITA DE
INAUGURAÇÃO POR
AUTORIDADES E
VISITAÇÃO NAQUELA
OPORTUNIDADE.

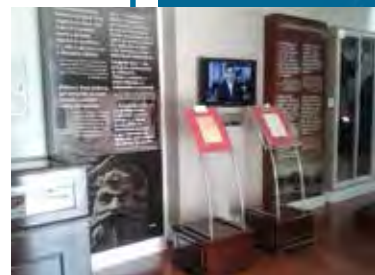
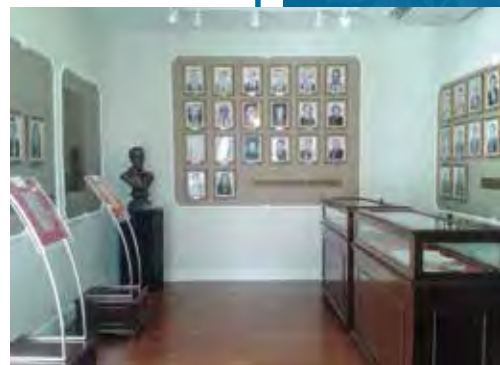
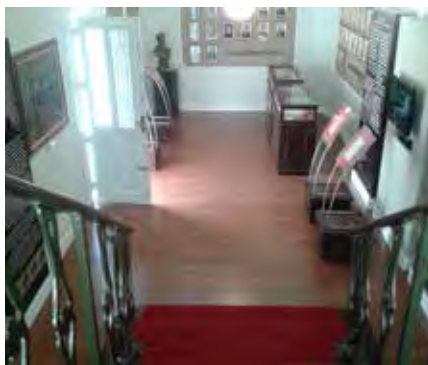
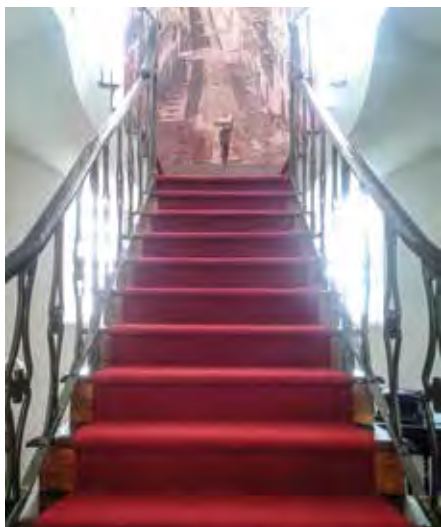
destacou a contribuição de membros e servidores que, desde o surgimento do Memorial, trabalharam para zelar pelo seu patrimônio.

O coordenador do Programa Memória à época, procurador de justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho, parabenizou a Administração Superior pelo resgate do Memorial do MPMA, que, como PGJ, criara em 2004, mas estava desativado desde 2010, e propôs parcerias com outras instituições para ampliar a abrangência do Programa Memória e do próprio Memorial.

Raimundo Nonato também fez questão de homenagear membros e servidores que contribuíram para a história do Ministério Público e, em particular, para a preservação do patrimônio memorialístico da Instituição, citando os nomes da ex-procuradora-geral de justiça Elimar Figueiredo de Almeida, primeira a ser eleita pela classe para o cargo; do promotor de justiça Washington Luiz Maciel Cantanhede, que coordenou por vários anos o Programa Memória e o integra desde a sua criação; e da servidora Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos, coordenadora de documentação e biblioteca da PGJ, membro da Comissão também desde o início do Programa.

No novo espaço, o Memorial passou a contar, desde a inauguração, com painéis biográfico e historiográficos e Galeria das Mulheres Pioneiras do MPMA: Maria da Conceição Amorim Motta, primeira promotora pública (1935); Arcelina Rodrigues Mochel, primeira promotora pública no interior do Estado (1937); Aurora Correia Lima, primeira promotora pública concursada (1941); e Elimar Figueiredo de Almeida Silva, primeira corregedora-geral do MPMA (1984) e primeira procuradora-geral de justiça escolhida pelos membros da Instituição (1990).

ASPECTOS DO ACERVO E DA VISITAÇÃO.



MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REMODELADO E AMPLIADO, EM NOVO LOCAL

O Memorial do Ministério Público do Maranhão, inaugurado pelo procurador-geral de justiça *Raimundo Nonato de Carvalho Filho* em 14 de dezembro de 2004, no pavimento térreo de um sobrado histórico da Rua do Giz/Praia Grande-Centro Histórico de São Luís/MA, cedido pelo Governo do Estado, foi uma ideia maturada, projetada e concretizada ao longo dos dois anos antecedentes.

Inicialmente foi pensado como produto a resultar do Projeto Memória do MPMA, criado em dezembro de 2002 e coordenado por uma comissão, então constituída por aquele Procurador-Geral de Justiça, sob a presidência do procurador de justiça e corregedor-geral do Ministério Público *João Raymundo Leitão*.

Mas, em 2004, o Memorial, antes mesmo da sua inauguração, passou a ser vislumbrado como algo a constituir linha de ação ou manifestação permanente de um programa de memória institucional, em que, no mês de junho do mesmo ano, mediante resolução do Colégio de Procuradores de Justiça, se transformou aquela primeira iniciativa, pois fora constatada a necessidade de ter duração contínua.

O Memorial constituiu-se, dessa forma, no produto mais evidente, vistoso e emblemático da história do MP local.

Desativado em 3 de setembro de 2010, haja vista a rápida deterioração estrutural do local onde se dera sua instalação, foi reinaugurado pela procuradora-geral de justiça *Regina Lúcia de Almeida Rocha*, no dia 9 de agosto de 2013, em outro local, bangalô alugado na Rua Newton Prado (“Montanha Russa”), também no Centro Histórico.

Seguiu-se, para o gaúdio dos ramos do MP brasileiro que se haviam aventurado pioneiramente na montagem dos seus espaços museológicos – e o Maranhão era tomado como uma das referências nesse sentido – a edição de normativa do Conselho Nacional do Ministério Público (Resolução nº 158/2017-CNMP), tornando obrigatória, em cada uma dessas unidades, o respectivo memorial.

Transferido, por decisão do procurador-geral de justiça *Luiz Gonzaga Martins Coelho*, para o prédio próprio onde funcionou a Procuradoria Geral de Justiça de 1994 a 2016, rebatizado de Edifício Dra. Aurora Correia Lima Félix (primeira promotora pública concursada do Maranhão, empossada em 1941 – uma das numerosas descobertas do Programa Memória), o Memorial do Ministério Público do Maranhão abriu suas portas nesse local no dia 14 de dezembro de 2018, com nova roupagem, em con-

junto com a Escola Superior e os Centros de Apoio Operacional do MP, as Promotorias de Justiça de Substituição Plena e as especializadas da Educação e do Meio ambiente, em um complexo denominado Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público, integralmente ali instalado.

Cumprindo a diretriz traçada pela chefia da Instituição, a Comissão Gestora do Programa Memória empenhou-se fortemente na consecução do objetivo, que definiu, de conferir novas feição e funcionalidade ao Memorial, com o apoio dos servidores da Procuradoria Geral de Justiça atuantes nas áreas afins à execução das tarefas necessárias, destacando-se, nesse sentido, a elaboração do respectivo projeto e a supervisão de sua execução, tarefas exercidas pela servidora do quadro efetivo Dulce de Maria Alves Serra Moreira, *designer* de interiores, tendo sido o projeto previamente aprovado pela Comissão em decisão chancelada pelo Procurador-Geral, não se eximindo também de acompanhar a sua execução.

Em seu novo endereço, o Memorial dispõe de dois espaços de exposição interligados por uma passarela.

No **espaço convencional**, com detalhes decorativos que evocam o século XIX, mantém o acervo que remonta à época das suas primeiras instalações, em sua maior parte previsto na resolução instituidora do Programa Memória: busto do promotor público Celso Magalhães, Patrono do Ministério Público Estadual, esculpido de acordo com gravura da época do falecimento do homenageado; reconstituição do gabinete do Procurador-Geral do Estado nos anos 1930, então chefe da Instituição, de acordo com documento da época localizado no arquivo da PGJ; pintura representando o julgamento da Baronesa de Grajaú pelo Tribunal do Júri de São Luís, em que atuou Celso Magalhães, de acordo com informações recolhidas de fontes primárias diversas e também inspirada na reconstituição literária do fato, constante no romance *Os tambores de São Luís*, de Josué Montello; reprodução de vários documentos importantes para a história do Ministério Público Estadual, pertencentes ao Arquivo Público do Estado (século XIX) e ao arquivo da própria PGJ (século XX); Galeria dos ex-Procuradores-Gerais de Justiça (1967 A 2016); Galeria dos ex-Corregedores-Gerais do Ministério Público (1973 A 2017); Galeria dos ex-Ouidores do Ministério Público (2004 a 2017); e placa com a relação dos procuradores-gerais do Estado no período de 1891 a 1967, chefes do MP à época.

A esse acervo foram acrescentados os seguintes itens, quando da reinauguração em 2013, mantidos nas atuais instalações convencionais: painéis – biográfico de Celso Magalhães e historiográficos da Instituição – e Galeria das Mulheres Pioneiras da Instituição, três primeiras promotoras públicas do Maranhão (Maria da Conceição Amorim Motta, Arcelina Rodrigues Mochel e Aurora Correia Lima – grandes descobertas do Programa Memória) e procuradoras-gerais de justiça que marcaram época na história do *Parquet* maranhense. Também foram mantidas no espaço convencional atual as publicações do Programa Memória, bem como outras de interesse para a história institucional, de autoria de membros do MPMA (oriundas dos acervos expostos nos dois espaços antecedentes). Ao acervo foram incorporados outros objetos evocativos da memória institucional, resultantes de doações recentes, além de itens complementares às galerias, dos quais o principal é a fotografia, obtida recentemente, da primeira promotora pública, Conceição Motta, nomeada em 1935, uma das primeiras do País.

No espaço **multimídia**, ambiente com *design* moderno e aparência *clean*, agora acrescido, frontal ao primeiro e a ele vinculado fisicamente pela passarela, estão expostos: as vestes talares de procuradores e promotores de justiça (item também remanescente do primeiro acervo constituído); diplomas, placas e medalhas obtidos pela Instituição, pela procuradora-geral de justiça *Elimar Figueiredo de Almeida Silva* – primeira eleita pela classe (1990), primeira do Brasil sob esse aspecto e pioneira em iniciativas de valorização da memória institucional – e pela procuradora-geral de justiça Regina Lúcia de Almeida Rocha, cujo nome está associado a um dos marcos fundamentais da trajetória do Memorial em seus 15 anos de existência, a sua reinauguração em 09.08.2013, após três anos fechado; painel mural exibindo uma linha do tempo da história do Ministério Público maranhense; e totens eletrônicos para acesso a conteúdos textual, iconográfico e audiovisual sobre o tema.

O painel da linha do tempo, carro-chefe da visita no espaço multimídia, exhibe um apanhado da história institucional desde 1619, quando criada a Ouvidoria do Maranhão pela Coroa Portuguesa, época colonial em que as funções de investigar, acusar e julgar concentravam-se em um só agente do Rei – pré-história do Ministério Público, na verdade. São 400 anos de história resenhados em uma área mural de 8 metros de comprimento por 1,5 metro de largura, fartamente ilustrada, com associação dos períodos da história ministerial maranhense às respectivas etapas das histórias estadual e nacional.

Trata-se de objeto museológico cuja criação resultou de ideia do procurador-geral *Luiz Gonzaga Martins Coelbo*, estimulado pela observação de iniciativas semelhantes de outros ramos do Ministério Público, ideia a que deu forma integralmente, concebendo-a e efetivamente criando-a, o promotor de justiça *Washington Luiz Maciel Cantanbede*, membro da Comissão Gestora do Programa Memória, com o auxílio técnico de profissional da computação gráfica. Registre-se que, para a concepção desse apanhado da história institucional, o autor, além do conhecimento e do acervo pessoais acumulados acerca do tema, valeu-se das informações constantes de fontes primárias resgatadas e publicadas pelo Programa Memória, revelação, nesse ponto, do êxito dessa importante atividade, que dá frutos desde dezembro de 2003, quando veio a lume o seu primeiro resultado.

Os totens eletrônicos disponíveis no espaço digital permitem, a partir de toques sobre *links* habilitados na linha do tempo, que constitui, devidamente adaptada, a tela de apresentação do conteúdo exibido nos equipamentos, acesso a reproduções de documentos históricos, com as respectivas transcrições exibidas paralelamente, informes historiográficos, notas biográficas e fotografias, além de trechos de áudios e vídeos de entrevistas com destacados membros da Instituição, ativos e inativos.

O conteúdo dos totens eletrônicos começou, recentemente, a ser exibido, em sequência contínua, em tela de TV instalada em saleta privativa do espaço multimídia. Projeta-se, em próximo passo de democratização do acesso a esse conteúdo, que fique disponível no sítio do Programa Memória na internet (<https://mpma.mp.br/memorial/>). E que, em breve, ampliado mediante a inclusão de maior número de itens, possa ser acessado *in loco* com recursos de maior navegabilidade, a partir da modernização dos equipamentos.

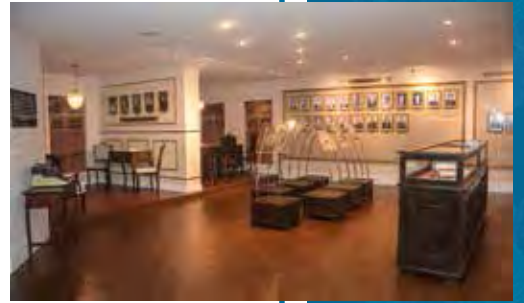
Construído pela “prata da casa” do *Parquet* do Maranhão, agora “repaginado” e mais amplo, o Memorial do Ministério Público Estadual entrou, portanto, no seu 15º ano de existência como espaço museológico digno das nossas mais altas tradições culturais.

O Ministério Público Estadual vem sendo assaz parabenizado por isso, mas compartilha tal felicitação com a sociedade maranhense, pois contam, aquele e esta, com um espaço de memória lucidamente montado, sem dar lugar a apelos por uma memória fantasiosa, e esteticamente agradável, prendendo a atenção dos visitantes e incentivando-os a divulgar positivamente a existência desse equipamento cultural há vários anos em atividade na capital do Estado.

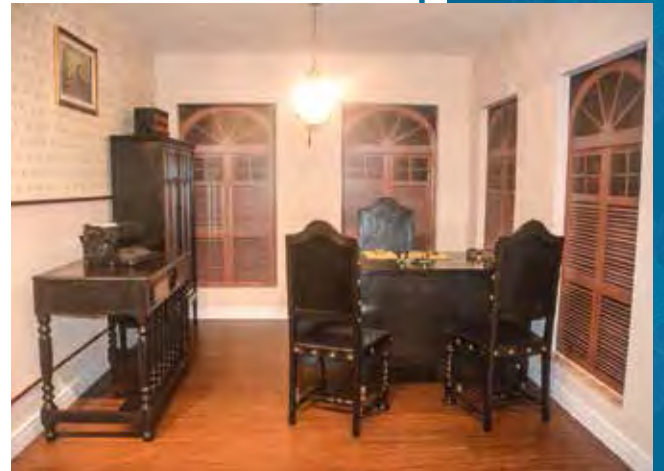
ICONOGRAFIA



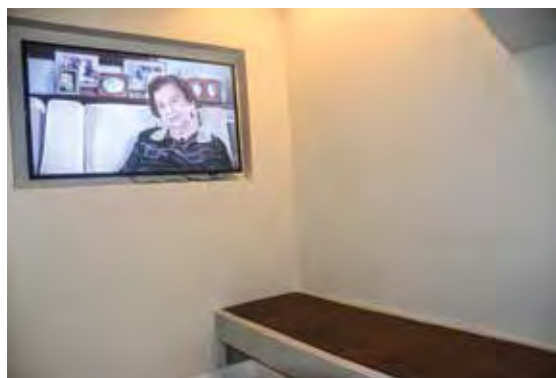
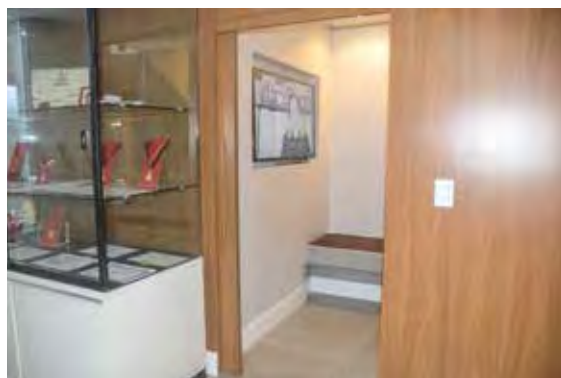
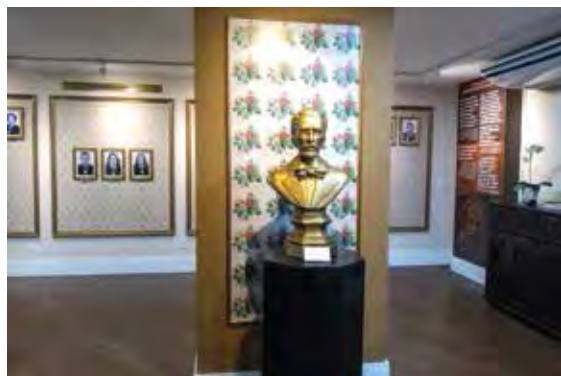
ASPECTOS DA
REINSTALAÇÃO
DO MEMORIAL.



ASPECTOS DO ACERVO NO ESPAÇO CONVENCIONAL



DUAS IMPORTANTES
OBRAS DE ARTE
EXPOSTAS NO ESPAÇO
CONVENCIONAL:
BUSTO DE CELSO
MAGALHÃES E PINTURA
REPRESENTANDO
O JULGAMENTO DA
BARONESA DE GRAJAÚ.



ASPECTOS DO
ACERVO NO ESPAÇO
MULTIMÍDIA

Acesse a Linha do
Tempo tal como
exposta
no painel mural





Leo Santana, escultor da estátua do poeta Carlos Drummond de Andrade da praia de Copacabana (RJ) e descendente da Dra. Aurora Correia Lima Félix, apontando-a



ASPECTOS DA VISITAÇÃO NO ESPAÇO CONVENCIONAL



Da esquerda para direita, acima e ao lado, visitas do prefeito municipal Edivaldo Holanda Júnior, com a Primeira Dama e o Secretário Municipal de Cultura (24.09.19); e de membros da Academia Maranhense de Letras com o escritor gaúcho Carlos Nejar (11.10.2019)

AO LADO, ASPECTOS DA VISITAÇÃO NO ESPAÇO CONVENCIONAL



ABAIXO, ASPECTOS DA VISITAÇÃO NO ESPAÇO MULTIMÍDIA



ESTATÍSTICA DE VISITAÇÃO 2018-2019

2018 (apenas dezembro)	159 pessoas
2019 (até outubro)	2.453 pessoas
Total	2.612 pessoas



ROQUE PIRES MACATRÃO
Procurador-Geral de Justiça
(1979-1982, de livre nomeação do Governador)



ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA
Procuradora-Geral de Justiça
(1989-1990, 1990-1992 e 1992-1994)
Procuradora de Justiça aposentada



TEODORO PERES NETO
Procurador de Justiça
Coordenador da Comissão Gestora do
Programa Memória Institucional do MPMA
(2014 - até os dias atuais)



JAMIL DE MIRANDA GELEON NETO
Procurador-Geral de Justiça
(1994-1996 e 1996-1997)
Fonte: TJMA



RAIMUNDO NONATO DE CARVALHO FILHO
Procurador-Geral de Justiça
(1997-1998, 1998-2000 e 2002-2004)
Coordenador da Comissão Gestora do Programa Memória
Institucional do MPMA (2013-2014)



FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA
Procurador-Geral de Justiça
(2006-2008)



REINALDO CAMPOS CASTRO
Procurador de Justiça aposentado
Coordenador da Comissão Gestora do Programa
Memória Institucional do MPMA (2006-2008)



MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO
Procuradora-Geral de Justiça
(2008-2010 e 2010-2012)



REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA
Procuradora-Geral de Justiça
(2012-2014 e 2014-2016)



HELENA BARROS HELUY
Procuradora de Justiça aposentada



JOÃO RAYMUNDO LEITÃO
Procurador de Justiça aposentado
Coordenador da Comissão Gestora do Programa
Memória Institucional do MPMA (2002-2006)



RAIMUNDO FERREIRA MARQUES
Procurador de Justiça aposentado



ELIZA BRITO NEVES DOS SANTOS
Procuradora de Justiça aposentada



**BENEDITO DE JESUS NASCIMENTO NETO
(BENEDITO COROBA)**
Promotor de Justiça aposentado
Ex-deputado estadual pós-Constituinte de 1989



JUAZES MEDEIROS FILHO
Promotor de Justiça aposentado
Deputado estadual constituinte de 1989

Em consonância com a Resolução nº 158, de 31 de janeiro de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério Público do Estado do Maranhão publicou os Atos Regulamentares GPGJ nº 21/2017 e nº 22/2017, que estabelecem a história oral como mais uma linha de ação do Programa Memória Institucional do MPMA.

O objetivo precípuo da história oral é resgatar a memória por meio da coleta de depoimentos, relacionando-os aos fatos e personagens marcantes na trajetória dos entrevistados e na da instituição a que pertencem.

Precedendo as entrevistas, são colhidas informações nos dossiês funcionais dos membros do MPMA acerca da trajetória profissional de cada um. Com base nesses dados, é elaborado um roteiro de entrevista que serve como guia durante a realização desta, procedida mediante gravação em áudio ou, excepcionalmente, em audiovisual, e posteriormente transcrita. Em seguida, ocorre edição das entrevistas, adaptando-as a uma linguagem escrita formal. Por fim, o resultado do trabalho, depois da aprovação do depoente, seguirá para publicação, sob sua autorização.

Assim, desde novembro de 2017, foram realizadas entrevistas para a história oral com os ex-procuradores-gerais de justiça Roque Pires Macatrão, Elimar Figueiredo de Almeida Silva, Jamil de Miranda Gedeon Neto, Raimundo Nonato de Carvalho Filho, Francisco das Chagas Barros de Sousa, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro e Regina Lúcia de Almeida Rocha; os ex-coordenadores da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional e membros honorários, procuradores de justiça aposentados Reinaldo Campos Castro e João Raymundo Leitão; o atual coordenador, procurador de justiça Teodoro Peres Neto; os procuradores de justiça aposentados Raimundo Ferreira Marques, Helena Barros Heluy e Eliza Brito Neves dos Santos; e os promotores de justiça aposentados Juarez Medeiros Filho e Benedito de Jesus Nascimento Neto, aquele por ter sido deputado estadual constituinte de 1989, e este, por ter sido deputado na legislatura seguinte.

Essas autoridades foram instigadas a rememorar o passado, narrando o que vivenciaram na Instituição, possibilitando assim o resgate de parte da história do *Parquet* Maranhense, que não está escrita em livros, mas tão somente foi vivenciada por seus atores sociais. Ademais, esses relatos estão inseridos em um contexto mais amplo, para além da Instituição, de forma que através deles se possa perceber as dificuldades e os desafios pelos quais passaram os membros do MPMA durante a carreira.

Apurou-se, pelos relatos, que as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelas reivindicações salariais, luta pelo reconhecimento da Instituição e promulgação da Constituição Federal de 1988, que fortaleceu o Ministério Público, inclusive assegurando aos membros garantias e prerrogativas antes conferidas apenas à magistratura.

Algumas dessas narrativas se referem ao Ministério Público de meados do século passado, quando a Instituição não tinha autonomia administrativa e os seus membros não gozavam de independência funcional, de forma que os promotores públicos eram nomeados pelo Governador do Estado. Nesse período, os principais desafios enfrentados pelos promotores nas comarcas do Interior foram a falta de segurança e de condições materiais de trabalho, assim como a baixa remuneração e a dificuldade em recebê-la, pois dependia da arrecadação estadual feita pela coletoria, conforme depoimentos. A propósito, declarou Dra. Elimar Figueiredo de Almeida Silva: *“Isso era a nossa paisagem nessa época. Então, isso parece uma coisa tão remota, que é até inimaginável, mas era nosso cotidiano”*.



Entrevista com a procuradora aposentada Helena Heluy



Entrevista com o procurador aposentado João Leitão

MEMORABILIA MP, nova linha de ação do Programa Memória do MPMA, é a mostra alusiva às efemérides ministeriais, montada preferencialmente no Memorial do MP, com possibilidade de itinerância, em momentos comemorativos de importantes datas da história institucional ou das histórias estadual e nacional, desde que, no tocante a estas, mantenham interface com aquela.

No ano em curso, iniciou-se, ainda em caráter experimental e sem normativa própria, essa nova manifestação do Programa.

A *MEMORABILIA MP 2019* consta de quatro exposições, tendo sido a primeira iniciada em 4 de outubro e instalada na Procuradoria Geral de Justiça, intitulada *Constituição Estadual do MA, 30 Anos* – magna carta estadual que, no dia seguinte, atingiria essa marca na sua vigência.

A exposição inclui painéis com textos, fotos e recortes de jornais do ano de 1989, excertos de depoimentos colhidos na linha da História Oral e vídeos gravados na época da Assembleia Constituinte Estadual com os respectivos parlamentares, exibidos em totem eletrônico. Uma versão desta exposição foi instalada no *stand* do Ministério Público na Feira do Livro de São Luís, de 11 a 20 de outubro, a qual, depois de breve itinerância com parte do seu conteúdo pelas Promotorias de Justiça de Caxias e Timon, veio para o Memorial, onde foi instalada em 13 de dezembro.

Na ocasião, mais três exposições foram inauguradas, a propósito do Dia Nacional do Ministério Público (14 de dezembro – em 2019, sábado): *35 Anos da Greve do MPMA pela edição da sua Lei Orgânica; Abolição e República, 130 anos: visões e ações de Promotores do Maranhão oitocentista; e O Programa Memória e o Memorial do MPMA, 15 Anos*.

Incluem painéis com textos, documentos, recortes de jornais e fotos, bem como excertos de depoimentos colhidos na linha da História Oral, acompanhados de áudios e vídeos.

Em 15 de maio de 2020, Dia Estadual do MPMA, será inaugurada a *MEMORABILIA MP 2020*, com programação a definir, mas incluindo a comemoração dos 30 anos da investidura do primeiro chefe do MPMA nomeado após escolha pela classe, a procuradora de justiça Elimar Figueiredo de Almeida Silva, Procuradora-Geral até 1994.

MOMENTOS DA INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO *CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MA, 30 ANOS*, COM A PRESENÇA DO DEPUTADO OTHELINO NETO, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, E DE DEPUTADOS CONSTITUINTES (VEEM-SE ALGUNS PAINÉIS MURAIS).



CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO
EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA



PROCURADORES-GERAIS DE JUSTIÇA
Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Francisco das Chagas Barros de Sousa
Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
Regina Lúcia de Almeida Rocha
Luiz Gonzaga Martins Coelho

MEMBROS DO MPMA
João Raymundo Leitão
Reinaldo Campos Castro
Teodoro Peres Neto
Washington Luiz Maciel Cantanhêde
Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Ana Luiza Almeida Ferro

**PRINCIPAIS ÓRGÃOS E SERVIDORES DO MPMA
ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO, ONTEM E HOJE**

Chefia de Gabinete do PGJ; Diretoria Geral da PGJ; Secretaria para Assuntos Institucionais; Secretaria de Planejamento e Gestão; Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura; **Coordenadoria de Comunicação**, cujo coordenador integra, oficialmente, a Comissão Gestora do Programa; e Chefia de Cerimonial.

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos, membro da Comissão Gestora do Programa (e equipe da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca); Kelcilene Rose Silva (historiadora atual), Alan Roberth da Silva Ribeiro (e equipe da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação), Dulce de Maria Alves Serra Moreira (designer de interiores), Joana Angélica Teixeira Ferreira Jansen de Araújo, José Ribamar Rodrigues Furtado (e equipe da Coordenadoria de Serviços Gerais), Josemil da Silva Gedeon, Maria de Ribamar Aguiar Costa, Maria Édula Marçal Lima, Rômollo de Sá Malta, Selma Maria Silva de Figueiredo, Surama de Almeida Freitas, Susane Maria Pinto Viégas e Waldenice Oliveira Almeida.

Estagiários dos cursos universitários de História e Turismo
Recepcionistas do Memorial (servidores terceirizados)

PRESTADORES DE SERVIÇOS AUTONÔMOS

Eduardo Sereno
Flávio Sérgio V. Ferreira
Hildebrando Bezerra de Araújo
Josimar Pereira, *in memoriam*
José de Ribamar Silva
Luís Moraes
Merval de Jesus Gonçalves Filho
Sebastião Cardoso Jr.
Wemerson Duarte Macêdo



Comissão e Secretário para Assuntos Institucionais com o PGJ em seu gabinete (2004)



Comissão e Secretário para Assuntos Institucionais com a PGJ em seu gabinete (2008)



Comissão com a PGJ no Memorial (2013)



Comissão com a PGJ, o Diretor-Geral e colaboradores (servidores do MP) no Memorial (2013)

COMISSÃO
GESTORA E ALGUNS
COLABORADORES DO
PROGRAMA MEMÓRIA
AO LONGO DOS SEUS 15
ANOS DE EXISTÊNCIA



Comissão e historiadora com o PGJ em seu gabinete (2018)



Comissão com o PGJ e colaboradores (servidores do MP) no Memorial (2018)

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Promotor de Justiça de Entrância Final
Procurador-Geral de Justiça

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA
Procurador de Justiça
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

MARILÉA CAMPOS DOS SANTOS COSTA
Procuradora de Justiça
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público

MARCO ANTONIO ANCHIETA GUERREIRO
Procurador de Justiça
Subcorregedor-Geral do Ministério Público

RITA DE CASSIA MAIA BAPTISTA
Procuradora de Justiça
Ouvidora do Ministério Público

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Luiz Gonzaga Martins Coelho
Presidente

José Antonio Oliveira Bents
Regina Lúcia de Almeida Rocha
Maria dos Remédios Figueiredo Serra
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
Iraci Martins Figueiredo Aguiar
Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes
Lígia Maria da Silva Cavalcanti
Krishnamurti Lopes Mendes França
Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Selene Coelho de Lacerda
José Henrique Marques Moreira
Domingas de Jesus Fróz Gomes
Francisco das Chagas Barros de Sousa
Clodenilza Ribeiro Ferreira
Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim
Regina Maria da Costa Leite

Flávia Tereza de Viveiros Vieira
Paulo Roberto Saldanha Ribeiro
Teodoro Peres Neto
Rita de Cassia Maia Baptista
Marco Antonio Anchieta Guerreiro
Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
Sâmara Ascar Sauaia
Themis Maria Pacheco de Carvalho
Maria Luíza Ribeiro Martins
Mariléa Campos dos Santos Costa
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Eduardo Daniel Pereira Filho
Carlos Jorge Avelar Silva
Lize de Maria Brandão de Sá Costa

**CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
TITULARES (2017-2019)**

Luiz Gonzaga Martins Coelho
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Carlos Jorge Avelar Silva
CONSELHEIRO

Domingas de Jesus Fróz Gomes
CONSELHEIRA

Francisco das Chagas Barros de Sousa
CONSELHEIRO

Mariléa Campos dos Santos Costa
CONSELHEIRA

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
CONSELHEIRA

DIA ESTADUAL DO MPMA

Somente no início da República foi que o Ministério Público surgiu como instituição, com chefia própria e disciplina específica, ainda que tímidas, na lei federal que criou a Procuradoria Geral da República e nas constituições estaduais e leis de organização judiciária que se seguiram. Seu chefe, exclusivamente no plano da atividade-fim e ainda com pouca autonomia, em cada unidade da Federação, era o Procurador-Geral do Estado, que exercia cumulativamente, portanto, a defesa dos interesses da Fazenda Pública e da sociedade de um modo geral.

Em território maranhense, essa situação perdurou de 1891 a 1967, quando, pela Constituição Estadual de 14 de maio, que passou a vigor no dia seguinte, estabeleceu-se que o chefe do Ministério Público seria o Procurador-Geral da Justiça, de livre nomeação e exoneração do Governador do Estado, separando-se, assim, a Procuradoria Geral do Estado da chefia do Ministério Público, gozando este de autonomia administrativa e orçamentária, com previsão de que seria organizado por lei, em carreira (art. 59).

A fixação desse marco da história ministerial maranhense foi um dos feitos do Programa Memória nos seus albores, quando ainda se chamava Projeto Memória, e ficou registrada no livro *Marcos Legais*, volume inicial da coleção *Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história*, publicado em dezembro de 2003. Posteriormente, uma edição especial do Informativo MP Memória, de maio de 2006, destacou a efeméride. No mesmo ano, mediante sugestão da Comissão Gestora do Programa ao então procurador-geral de justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho, o dia 15 de maio, que, em 1967, amanhecera conferindo nova feição ao Ministério Público do Maranhão, foi, no plano interno da Instituição, elevado, pela Resolução Nº 02/2006–CPMP/MA, à condição de Dia Estadual do Ministério Público.

Tais providências de perenização da memória possibilitaram a comemoração dos 50 anos da Procuradoria Geral de Justiça, em grande estilo, em maio de 2017.

Em 2019, tendo presente que “o 15 de maio é uma data que marca a história do Ministério Público do Maranhão” e que o *Parquet* trabalha “pensando sempre no futuro, mas não podemos esquecer as lutas e vitórias do passado”, como a “conquista importante, que deve ser sempre celebrada”, de sua chefia autônoma, o procurador-geral de justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho obteve a edição da Lei Nº 11.023, de 16 de maio de 2019, que instituiu o Dia Estadual do Ministério Público do Maranhão, agora, portanto, com efeitos externos à Instituição. A lei foi sancionada pelo governador em exercício, Othelino Neto, presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

No dia 22 do mesmo mês, o parlamento estadual realizou uma sessão solene em comemoração ao Dia Estadual do Ministério Público. Na ocasião, Dr. Luiz Gonzaga discursou, enfatizando: “O Ministério Público, dentro de nosso processo civilizatório, permanecerá, com certeza, como uma instituição essencial de defesa da dignidade humana. É a honrosa herança que recebemos daqueles que nos antecederam, tornando o Parquet a instituição de maior credibilidade perante a opinião pública”.



**EPÍLOGO:
MAIS UM FRUTO DO PROGRAMA**

SOLENIDADE
COMEMORATIVA DOS
50 ANOS DA PGJ, EM
SUA SEDE (MAIO.2017);
MOMENTO SEGUINTE
À SANÇÃO DA LEI
QUE INSTITUIU O DIA
ESTADUAL DO MPMA,
NO PALÁCIO DOS LEÕES
(16.05.2019); E MESA
DE HONRA DA SESSÃO
SOLENE DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA EM
COMEMORAÇÃO À DATA,
NO PALÁCIO MANOEL
BECKMAN (22.05.2019)

Verso da Primeira capa: *Linha do Tempo da História do Ministério Público do Estado do Maranhão*.

Reprodução do painel elaborado em 2018 e exposto, desde 14 de dezembro daquele ano, no Memorial do Ministério Público Estadual. Idealização: Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador-Geral de Justiça. Pesquisa, texto, seleção das ilustrações, concepção e sistematização: Washington Luiz Maciel Cantanhêde, Promotor de Justiça. Apoio pontual à pesquisa: Kelcilene Rose Silva, historiadora do Programa Memória, e equipe de estagiários; e Coordenadoria de Documentação e Biblioteca/PGJ. Fotografias originais e cópias fotográficas: Merval de Jesus Gonçalves Filho. Fontes das imagens em cópia fotográfica: documentos manuscritos e hemeroteca do Arquivo Público do Estado; hemerotecas da Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite e da Biblioteca da Procuradoria Geral de Justiça; fotografias de acervos familiares; publicações do Programa Memória do MPMA e da AMPEM; ilustrações de obras de referência em história do Brasil e do Maranhão; e imagens disponíveis abertamente na Internet. Diagramação eletrônica: Wemerson Duarte Macedo.

Painéis reproduzidos nas páginas 15 e 16: concepção artística de Dulce de Maria Alves Serra Moreira, com textos escolhidos por Washington Cantanhede e aprovados pela Comissão do Programa Memória.

Textos das páginas 30-31 e 54: escritos, o primeiro, por Washington Cantanhêde e Kelcilene Rose Silva, e o segundo, somente por esta, ambos publicados, respectivamente, nos informativos MP Memória nº 5/6 (dez.2010), p. 6-7, e nº 14 (dez.2018), p. 8, reproduzidos neste caderno com alterações/adaptações (o primeiro deles, também com acréscimos).

Verso da Segunda capa: *Antigas Sedes do Ministério Público – Séculos XIX e XX* (prédios onde, já na República, desempenharam suas funções os procuradores-gerais do Estado, procuradores-gerais de justiça e promotores públicos)

- 1 Fórum da Rua Formosa (atual Rua Afonso Pena), onde, em 1891, passou a funcionar o Tribunal de Justiça e a justiça de 1ª instância, inclusive o Tribunal do Júri. Foto publicada no livro “1619/1999: História do Tribunal de Justiça do Maranhão”, de Mílson Coutinho
- 2 Fórum Clóvis Beviláqua, na Praça Pedro II, antigo Largo do Palácio, onde, desde 1948, funciona o Tribunal de Justiça do Estado, e, de 1948 a 1988, funcionou a justiça de 1ª instância. Foto dos anos 1950.
- 3 Prédio da Rua do Egito, nº 139, onde, de 1979 a 1994, funcionou a Procuradoria Geral de Justiça. Foto de Merval Filho, 2004.
- 4 Prédio da Rua de Nazaré (frontal aos fundos do Fórum Clóvis Beviláqua) em parte do qual, a partir de 1980, passaram a funcionar as Promotorias. Foto de Romeu Ribeiro, 2004.
- 5 Fórum Desembargador Sarney Costa, da justiça de 1ª instância da Capital, na Avenida Carlos Cunha, no bairro Calhau, inaugurado em 04/09/1988, onde funcionaram as Promotorias de Justiça até 1993. Foto de Merval Filho, 2004.
- 6 Ala da Casa do Trabalhador, no Retorno do Calhau, onde, a partir de 1993, passaram a funcionar as Promotorias de Justiça da Capital. Foto de Merval Filho, 2004.
- 7 Procuradoria-Geral de Justiça, na Rua Oswaldo Cruz, 1396 (antigo prédio da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão-FIEMA e do Serviço Social da Indústria-SESI), instalada em 1994. Foto de Merval Filho, 2004.
- 8 Anexo Celso Magalhães, da Procuradoria-Geral de Justiça, construção com recursos próprios, inaugurado em 14/12/1999. Foto de Merval Filho, 2004.
- 9 Promotoria de Justiça de Itapecuru-mirim, primeira construção do Ministério Público com recursos próprios em comarca do interior, inaugurado em 19/12/1992.
- 10 Promotorias de Justiça da Capital, ao lado do Fórum Des. Sarney Costa, construção com recursos próprios, inaugurado em 14/12/1999. Foto de Merval Filho, 2004.

Segunda capa: prédios atuais do MPMA. Fotos da Coordenadoria de Comunicação da PGJ.

* Não constantes nos respectivos locais

Antigas sedes do Ministério Público - Séculos XIX e XX



1



2



3



4



5



6



7



8



9



10

- 1 Procuradoria Geral do Estado, Superior Tribunal de Justiça, Rua Formosa (1891)
- 2 Procuradoria Geral, Tribunal de Justiça do Estado, Av. D. Pedro II (1948-1979)
- 3 Procuradoria Geral de Justiça, Rua do Egito (1979-1994)
- 4 Promotorias de Justiça da Capital, Rua de Nazaré (anos 1980)
- 5 PJ da Capital, Fórum Des. Sarney Costa, Calbau (1988-1993)
- 6 PJ da Capital, Casa do Trabalhador, Retorno do Calbau (1993-1999)
- 7 PGJ, Rua Oswaldo Cruz, primeiro prédio próprio, doado pelo Governo do Estado (1994)
- 8 Anexo da PGJ, primeira construção própria realizada para a Procuradoria (1999-2016)
- 9 PJ de Itapecuru-Mirim, primeira construção própria no Interior (1992)
- 10 PJ da Capital, Calbau, primeira construção própria realizada para as Promotorias da Capital (1999)

Principais sedes atuais do MPMA*



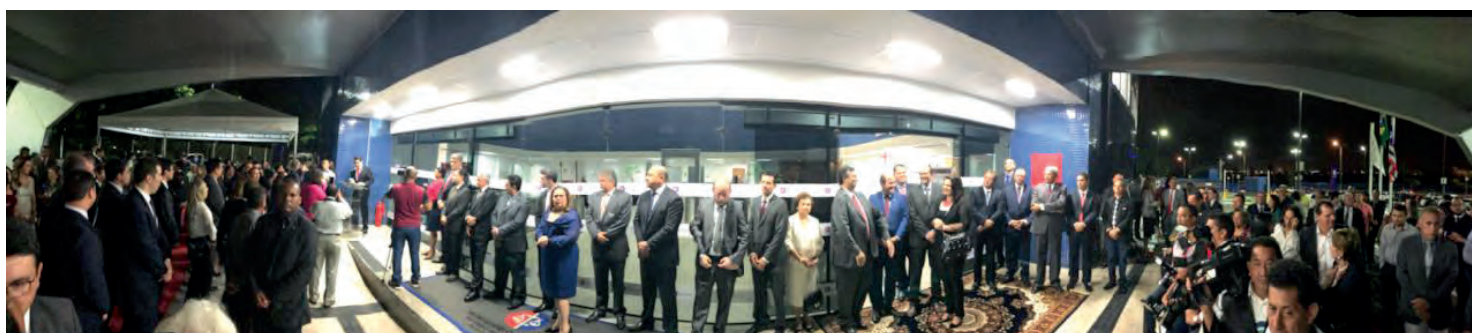
Vista aérea noturna dos prédios da PGJ e das Promotorias da Capital e arredores, no bairro Calhau



Procuradoria Geral de Justiça (desde 2016)



Promotorias de Justiça da Capital (desde 2018)



Momento da reinauguração do prédio das Promotorias de Justiça da Capital, Edifício Promotor Celso Magalhães (2018)

Algumas Promotorias de Justiça do interior do Estado*



Pedreiras, desde 2006



Imperatriz, desde 2016



Matões, desde 2018



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça**

*Prédios próprios.